

PREDADOR

Por decisão do STF, a PF apura suspeita de envolvimento do ministro Ricardo Salles em **corrupção** e com esquema criminoso de **exportação ilegal** de madeira da Amazônia. PT cobra na Justiça o seu afastamento

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 24 de Maio de 2021 Nº 11

CPI AVANÇA SOBRE JAIR BOLSONARO

Mesmo com mentiras e tentativa de blindagem, ex-ministros Eduardo Pazuello e Ernesto Araújo entregam à comissão provas contra o presidente

JEAN WYLLYS APOIA LULA E SE FILIA AO PT

Exilado em Barcelona, o ex-deputado anuncia que vai ingressar no partido e quer o petista de volta ao Planalto: "Eu decidi entrar nessa campanha já"

INTERDITAR BOLSONARO E REVOGAR A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

em defesa da vida
e da democracia

NEGACIONISMO E IRRESPONSABILIDADE LEVAM BRASILEIROS À MORTE

Observatório
da Democracia

Fundação
Cartão Verde

Forças
Vivas

FUNDACÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

LABOR
CAMPES E
KARIELLE FRANCO

LABOR
CAMPES E
KARIELLE FRANCO

LABOR
CAMPES E
KARIELLE FRANCO

LABOR
CAMPES E
KARIELLE FRANCO

LABOR
CAMPES E
KARIELLE FRANCO

focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor Responsável: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Danilo Molina,
Pedro Camarão e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva
Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,
Luiz Caetano e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Arlete Sampaio, Camila Vieira dos Santos,
Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eliane Aquino, Elói Pietá,
Flávio Jorge Rodrigues, Gleber Naime, Helena Abramo,
Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Juliana Cardoso, Lais
Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Celeste de Souza da
Silva, Maria Selma Moraes da Rocha, Nabil Bonduki, Nalu
Faria, Nilma Lino Gomes, Nilmário Miranda, Paulo Gabriel
Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales
Fagundes, Teresa Campello e Valmir Assunção

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de
Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),
Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto
(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares
Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),
Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e
Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) - CEP 04117-091

PAUTA BRASIL

ASSISTA AO PROGRAMA PAUTA BRASIL

SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

EXPRESSÃO



DCM Forlivi

TV
247



ObservaBR

CAMINHOS DA RECONSTRUÇÃO
E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

Acesse em fpabramo.org.br/observabr

NESTA EDIÇÃO

PF APONTA CORRUPÇÃO NO MEIO AMBIENTE

ENTREVISTA. Jean Wyllys
anuncia filiação ao PT e
apoia candidatura de Lula
Página 4

CORRUPÇÃO. A PF cerca
Ricardo Salles suspeito de
contrabando de madeira
Página 10

GENOCÍDIO. Nilto Tatto
denuncia a política oficial
de extermínio dos índios
Página 14

CPI. Apesar do esforço de
ex-ministros, senadores
vêm omissão do governo
Página 16

LULA. Em entrevista à Paris
Match, o ex-presidente diz
que luta pela democracia
Página 22

DESIGUALDADE. No Brasil,
pobres estão mais pobres
desde o Golpe de 2016
Página 33

IRRELEVÂNCIA. Brasil deixou
de ser parceiro estratégico
na comunidade internacional
Página 24

CHILE. Direita perde e a
esquerda e independentes
são maioria na Constituinte
Página 41

Divulgação

EDITORIAL

PREDADORES

Aloizio Mercadante *



O governo Bolsonaro vem fomentando um capitalismo predatório. Na Amazônia, construiu uma política de aliança com os madeireiros, mineradores e grileiros de terra, que promovem o desmatamento ilegal e a exploração predatória de recursos naturais estratégicos, acobertados sob a liderança do ministro Ricardo Salles. O caso mais emblemático desse processo foi a operação da Polícia Federal, autorizada pelo Supremo Tribunal Federal, em que o ministro do Meio Ambiente sofreu uma busca e apreensão, acompanhada pela demissão do presidente do Ibama e nove servidores, sob a suspeição de associação e favorecimento de grandes grupos envolvidos com a exportação ilegal de madeira.

Combater o desmatamento acelerado da Amazônia, que volta a bater recorde, é o principal compromisso ambiental do Brasil no esforço global de redução na emissão de carbono e no enfrentamento do aquecimento global. Por isso, a importância desses temas estarem na pauta dos governos e nas agendas das instituições multilaterais. A preservação do meio ambiente é condição imprescindível para a manutenção da própria experiência humana no planeta.

O Brasil é o G1 da biodiversidade do mundo. Está em nosso território a maior floresta tropical do mundo, que possui um papel decisivo no equilíbrio do regime de hidrológico de parte importante do planeta, o que nos abre uma imensa janela de oportunidades, mas também aumenta a nossa responsabilidade.

A partir dessa visão, nos governos do PT, o Brasil se tornou líder dos países em desenvolvimento e assumiu a vanguarda de políticas de baixa emissão de carbono. Tivemos papel destacado no Acordo de Paris e assumimos metas ousadas para conter o aquecimento global, inspirando demais nações por uma aliança planetária em torno da preservação da vida em toda sua diversidade.

O combate ao aquecimento global não se deve dar apenas nos centros urbanos, mas também no campo, com a preservação de recursos estratégicos e com a adoção de tecnologias de agricultura de baixo carbono. Por isso, vínhamos construindo instrumentos de incentivo a novas tecnológicas e manejos na agricultura, o que foi completamente abandonado pelo atual governo.

Salles parece levar a cabo a teoria de que é “preciso passar a boiada”, enquanto o país agoniza diante da pandemia e alforria os madeireiros responsáveis por 8 mil cargas de madeira ilegal. O governo também assiste passivamente mineradores invadirem ilegalmente, com bombas de gás lacrimogênio e violência, as terras do povo Yanomami em Roraima. Só para ficar nos exemplos recentes.

Estamos diante de um processo acelerado de enfraquecimento dos órgãos e políticas de proteção ao meio ambiente e dos povos indígenas. É essa visão predatória que garante à Bolsonaro o apoio de uma parte atrasada do agronegócio. Um segmento autoritário, que não respeita a democracia e que articula manifestações contra o STF e o Senado, com a grave participação do ministro da Defesa e do próprio presidente.

Precisamos construir outro caminho, de desenvolvimento com transição ambiental e matriz energética mais sustentável. Um caminho que preserve recursos naturais estratégicos e que seja a negação de tudo o que Bolsonaro representa. Essa é uma questão fundamental para o PT, para as futuras gerações e do planeta.

* Ex-ministro de Estado, é presidente da Fundação Perseu Abramo.



Daryan Dornelles

“LULA É O CENTRO DAS SOLUÇÕES PARA O BRASIL”

Exilado na Espanha, o ex-deputado federal Jean Wyllys anuncia sua filiação ao PT e diz que vai mergulhar de cabeça na campanha do ex-presidente da República para combater Bolsonaro e tudo que o líder da extrema-direita representa. “A gente vai ter que lidar com esse fascismo eterno, com uma parcela da população que tem esse comportamento odioso, que ameaça a democracia”

Por Pedro Camarão

Exilado em função das graves ameaças que recebeu, o ex-deputado Jean Wyllys ainda não tem certeza sobre quando poderá voltar ao Brasil, mas garante que vai participar da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva. Aliás, ele afirma que já está na campanha de Lula e anuncia que vai se filiar ao Partido dos Trabalhadores.

Jean Wyllys identifica o ex-presidente como o grande centro da política brasileira, alguém que mesmo preso e após ter sido sistematicamente atacado e difamado pela imprensa e por parte do poder Judiciário, consegue ser o líder das intenções de voto para a eleição presidencial de 2022. Apesar da filiação ao PT, o ex-deputado declara que não pretende se candidatar novamente, mas deixa o futuro em aberto, afinal a política é imprevisível.

Na entrevista para a **Focus Bra-**

sil, Jean Wyllys disse esperar que as grandes mentiras utilizadas por Jair Bolsonaro como o “kit gay” voltem a ser discutidas para, finalmente, serem esclarecidas. Sobre essa e outras questões, ele diz que espera mais do Partido dos Trabalhadores no futuro. Wyllys identifica um enfraquecimento do Bolsonarismo e apresenta sua análise sobre o que tem provocado o aumento da rejeição e a diminuição do apoio ao atual presidente da República.

Apesar do cenário desfavorável para Bolsonaro, o ex-deputado diz que o Brasil vai precisar aprender a lidar com o fascismo eterno, como já acontece na Europa. Para ele, Jair Bolsonaro é um câncer que criou outras células cancerígenas até que se formassem um tumor maligno que evoluiu para uma metástase em 2018. “O Brasil está passando por uma terapia de choque para tentar recuperar o seu corpo, para ver se

ainda resta corpo a essa democracia depois desse ataque”, diz. A seguir, trechos da entrevista:

Focus Brasil - A última pesquisa do Instituto Datafolha mostra que Bolsonaro atingiu sua maior taxa de rejeição e, ao mesmo tempo, identifica o apoio da maior parte dos brasileiros ao impeachment. Esse momento pode ser o declínio permanente desse movimento político ou é algo apenas momentâneo?

Jean Wyllys - Há múltiplos fatores que levam à queda de popularidade de Bolsonaro e ao enfraquecimento de sua estratégia de governança, se é que se pode chamar isso de governança. Como todos os governos fascistas, ele [Bolsonaro] opera a partir da fabricação permanente do inimigo e de um estímulo permanente e à subjetivação de seita - que é repetir as verdades do mestre. O primeiro fator [que leva a

essa queda] é a Covid-19. A pandemia não estava nos planos da direita e da extrema-direita que se juntaram em 2018 para eleger Bolsonaro. Ele não é fruto só da atuação da extrema-direita e de seus métodos sujos de campanha. É também fruto de uma certa cumplicidade do que podemos chamar dos partidos tradicionais de direita e dos meios de comunicação de massa, que na falta de um candidato o apoiaram.

O que o *Jornal Nacional* fez foi quase uma cumplicidade em torno do candidato. Eles não esperavam que a Covid estivesse no caminho e [não esperavam] a decisão desse governo de fazer uma gestão da pandemia com base na premissa de que a imunidade de rebanho é que deveria ser buscada. Essa decisão pressupunha deixar pelo meio do caminho aqueles que são considerados estorvos, os que não ajudariam a economia do Brasil: os velhos; os doentes; no raciocínio deles, eivado de darwinismo social, os mais fracos [que morreriam]. Isso aparece nas primeiras declarações do presidente da República e de figuras-chave do bolsonarismo, como Osmar Terra. Na cabeça deles, até um problema previdenciário seria resolvido.

Isso não deu certo primeiro porque a vida não é mais como eles imaginam. A expectativa de vida aumentou, as pessoas velhas e aposentadas são ativas, jovens foram infectados de uma maneira que ninguém esperava, o vírus tem uma atuação no corpo que ainda não foi identificada por completo e o número de mortes foi crescendo. Manaus foi o laboratório dessa experiência macabra. E, além da pandemia, Bolsonaro não fez o que os meios de comunicação esperavam, o que mudou o tom da cobertura da imprensa sobre o governo. A mídia tinha uma atuação quase que esquizofrênica em que ata-

cava Bolsonaro por seus maus modos, por seu comportamento antidemocrático – que já estava claríssimo na campanha –, então era uma maneira de adestrar Bolsonaro. Como se estivessem batendo numa pessoa à mesa que não sabe pegar no garfo e faca, para que ele não gerasse constrangimento. Ao mesmo tempo, elogiava Sergio Moro [então ministro da Justiça] e Paulo Guedes. O que interessava aos partidos de direita, às elites financeiras brasileiras, aos meios de comuni-

BOLSONARO NÃO FEZ O QUE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO ESPERAVAM, O QUE MUDOU O TOM DA COBERTURA DA IMPREENSA SOBRE O GOVERNO

cação de massa era o programa econômico neoliberal. A imprensa manteve esse comportamento até o ponto em que a Covid-19 obrigou a mudar isso e virou um ativo para constranger o governo.

“A história não se repete, mas a história rima”, diz Walter Benjamin e é verdade. Em uma rima histórica, Bolsonaro não se comportou como as elites esperavam, como nenhum aspirante a tirano se comporta [como esperam as elites] e saiu do controle. Tudo isso, mais outros fatores que não

podem ser menosprezados como o fato de Felipe Neto ter decidido fazer oposição ao governo – isso foi um fato muito decisivo embora muitos analistas políticos desprezem ou não levem em conta esse aspecto porque são pensadores do século 20, ainda não pensam o século 21.

Como assim?

Esse foi um fator muito importante porque Felipe Neto sabe trabalhar na economia digital. O fato de ele ter feito um giro até o lugar de opositor desse governo foi muito importante para derrubar essa popularidade que hoje se expressa muito nas mídias sociais. Então, tem esse conjunto de fatores, e ainda tem a devolução dos direitos políticos do Lula. Apesar de a imagem pública dele ter sido sistematicamente atacada ao ponto de ter se transformado em “luladrão” para amplos setores da classe média e mesmo da classe C que ele ajudou a formar, o ex-presidente tem um valor no imaginário popular.

O governo Lula ainda está na lembrança das pessoas.

Ele deixou a Presidência com 89% de aprovação. E a recuperação dos seus direitos políticos ocorre num momento em que a Lava Jato, que mobilizou o ataque a Lula foi desmascarada como uma operação política. Soma a tudo isso à experiência dolorosa da morte de entes queridos, o medo de morrer de Covid, as imagens desesperadoras, a experiência concreta foi modificando o comportamento das pessoas. Então, não tem comunicação, mentira, gabinete do ódio e fake news que consiga manter tanta gente enganada por tanto tempo. Então, o bolsonarismo foi se desfazendo por causa desses fatores. Mas ele está no tamanho de um contingente da população com o qual nós vamos

precisar lidar sempre. Como nos países da Europa, nós vamos ter que nos dar conta de que temos uma extrema-direita que existe. O Umberto Eco falou isso no ensaio dele "Fascismo Eterno", a gente vai ter que lidar com esse fascismo eterno, com uma parcela da população que tem esse comportamento odioso, que ameaça a democracia, que quer impor ditadura, religião, que é burra, que é anti-ciência.

Penso que talvez estejamos chegando nesse ponto. Não podemos dar as favas como contadas porque é óbvio que o crescimento de Lula vai despertar também um comportamento da imprensa como a gente já sabe que a imprensa brasileira se comporta. A imprensa brasileira é historicamente antipetista, notadamente a Rede Globo. Então, podemos esperar que a liderança do Lula vá despertar uma reação por parte dessa imprensa que pode retornar a fazer um jornalismo pouco sério, desonesto intelectualmente contra o Lula.

O Datafolha mostra Lula como favorito. Como você enxerga a volta dele ao cenário político?

Eu escrevi no Twitter algo como "o Lula é o centro das questões, ele é o centro das atenções, ele é o centro das soluções que o Brasil precisa". Lula é centro, ele nunca deixou de ser. Mesmo quando deixou de ser presidente, ele rondou o governo Dilma porque além da misoginia que impera na sociedade brasileira, do machismo que operaram todo o tempo contra a Dilma, ela não tem o carisma político que o presidente Lula tem. São duas formas distintas de atuação pública, ambas respeitáveis, eu adoro os dois do ponto de vista pessoal e como figuras políticas respeito os dois, mas eles são distintos.

Ele sempre rondou o governo Dilma porque os ataques a ela

também passavam por ataques a ele, porque Dilma foi escolhida por Lula. Depois, durante a Lava Jato que hoje sabemos que foi uma farsa, um julgamento político disfarçado de combate à corrupção, Lula era o centro daquele ataque porque o interesse era retirar os direitos políticos dele, impedir que o PT e sua coalisão ganhassem mais uma eleição no Brasil. Quando Lula esteve preso, de dentro da prisão ele seguia como um espectro rondando o cenário político e quando o STF

LULA É UMA FORÇA CATALISADORA. ESTÁ AGREGANDO DIFERENTES ATORES POLÍTICOS, DE POSIÇÕES DISTINTAS PARA RETOMAR A DEMOCRACIA

reconhece que Sergio Moro era suspeito e incompetente, Lula volta a ser o centro das atenções.

E o emblemático e curioso dessa relação entre a imprensa comercial brasileira e Lula é que [quando Lula retoma seus direitos] aquela jornalista equivocada, a Vera Magalhães, disse que ele não era um "player". Utilizando essa expressão, inclusive, que soa cafona, esse anglicismo. Mas, logo depois da decisão do STF ele faz um discurso que tem repercussão mundial, então ele é o

centro. As pesquisas e as reações internacionais demonstram isso. A maneira como o Lula vem em paralelo, sem qualquer cargo público, atuando para minimizar os danos dessa gestão desastrosa e criminoso do governo Bolsonaro em relação à Covid-19.

Lula ainda é a voz brasileira mais ouvida no mundo.

Com toda essa capacidade de negociação, o carisma, Lula é essa força catalisadora. Está agregando diferentes atores políticos, de posições distintas do espectro político para retomar a democracia no Brasil. Além de tudo, ele tem um gesto muito generoso porque depois de tudo o que passou, poderia estar movido pelo rancor, pelo ressentimento, principalmente, dos atores políticos que traíram o PT em 2016 e deram o golpe contra Dilma. Mas agora não se trata de revanche. Como diz o Guilherme Arantes na canção dele - "amanhã, ódios aplacados, temores abrandados". Agora é hora de aplacar ressentimentos para a gente retomar o espaço democrático de atuação e que a gente possa se definir mais claramente como direita, esquerda e tal porque o que está ameaçado é o próprio campo democrático.

Há chance de que você participe da campanha do ex-presidente?

Eu já estou participando da campanha do Lula. Eu nunca deixei de participar da campanha do Lula. A minha postura em relação a Lula e ao PT sempre foi muito republicana, muito justa e muito democrática. Eu não era petista e eu vou me filiar ao PT, inclusive.

Em 2008, depois de uma audiência pública que eu fiz no Senado sobre a questão da criminalização da homofobia, o Aloizio Mercadante falou "cara, você deveria ser candidato porque a comunidade LGBT carece de uma

representação de qualidade e acho que você pode ser essa pessoa”, e foi essa fala dele que me fez pensar nessa possibilidade. Depois, a Heloisa Helena também me fez o convite e eu acabei depois decidindo me filiar no PSOL.

Eu critiquei o partido quando ele tinha que ser criticado. Eu fiz oposição à Dilma quando era necessário fazer oposição a ela. Eu acho que a Dilma e os assessores erraram feio com relação ao “Escola sem Homofobia” o que permitiu, inclusive, a construção da primeira e mais danosa fake news que depois é recuperada em 2018 que foi o “kit gay”. Eu tenho muito respeito pela Dilma, muita admiração, a gente se gosta de verdade, mas foi um equívoco dela e dos seus assessores.

E o PT abriga muita gente que age com uma certa arrogância e se embriaga com a posição de poder de forma a tornar impermeável à crítica. E naquele momento era isso. Eu entendo que Dilma precisava da governabilidade, eu entendo que o governo dela estava sendo atacado pela imprensa, mas também eu entendia que o sacrifício, naquele momento, do elo mais fraco da corrente que era a comunidade LGBT iria desembocar em algo muito ruim para o próprio PT no futuro e desembocou. Eu espero que o partido seja capaz de fazer essa autocrítica e de não repetir os mesmos erros. Por isso mesmo eu estou na campanha pelo Lula desde sempre.

No momento mais impopular de Lula, que a impopularidade dele ocorria em função da Lava Jato, em que até mesmo parlamentares petistas evitavam a defesa pública dele, eu o defendi publicamente e a todo momento. Eu estou na campanha de Lula sempre, porque eu tenho memória, eu tenho nas mãos os indicadores sociais, os números da economia de quando ele foi

governo, eu tenho nas mãos os resultados da atuação do governo dele nas relações exteriores. Ou seja, eu tenho consciência de que os governos Lula e o primeiro governo Dilma foram os melhores que o Brasil já teve desde a redemocratização, talvez os melhores governos da história do Brasil. Então, por isso que eu estou na campanha dele.

Desde a sua saída do Brasil, ficou uma certa lacuna porque não há no parlamento ou mesmo na

ESTOU NA CAMPANHA DE LULA, PORQUE TENHO MEMÓRIA. EU TENHO NAS MÃOS OS INDICADORES SOCIAIS E DA ECONOMIA

política brasileira alguém que agregue e represente tantas causas diferentes. Havendo segurança, existe chance de você voltar ao Brasil, de voltar à política como candidato?

É muito difícil falar do futuro, porque se você me perguntasse em 2016 como estaria minha vida, eu jamais diria para você que hoje eu estaria no exílio. É difícil falar do futuro e é difícil falar do futuro em política porque tem sempre o risco de desmoralização. O que eu posso dizer é que hoje, vou falar

hoje, não de amanhã porque tem muitas condições que podem me levar a mudar de decisão. Hoje eu digo que não, eu não quero voltar ao Parlamento. Não me vejo fazendo campanha de novo. Para fazer uma campanha eu teria que reinventar o modo de campanha mais do que eu já havia reinventado em 2014 que foi um modelo de campanha muito diferente. Eu não me vejo fazendo essa campanha tradicional, não me vejo convivendo com aquelas pessoas no Parlamento, não com as pessoas que eu gostava, mas com aquelas pessoas odiosas.

Eu diria que não, que vou continuar na arena política colaborando desse jeito. E eu digo com a maior honestidade porque quando eu decidi que eu não queria viver sob esse estado de violência política, eu abri mão do mandato. O poder está em outro lugar. O poder é relacional, o poder não é o locus. Então, não preciso do mandato para continuar sendo o que eu era. O que eu faço e o que eu sou não vinha do mandato. No momento, eu não quero me candidatar.

Você acredita na possibilidade de que, na próxima campanha com discussões como “kit gay” e “ideologia de gênero” sejam reabertas e a verdade seja exposta aos brasileiros?

Eu acho que não tem alternativa. Eu estou na campanha de Lula desde sempre e a minha decisão de me filiar ao PT tem a ver com isso, com esse compromisso. O governo do Lula, se ele vencer as eleições, não pode ser de retrovisor, olhando para o século 20 e para o que foi feito. O governo do Lula tem que ser de farol, tem que iluminar o futuro. Não há futuro se a gente não pensar nas questões de sexualidade e gênero. Não há mais retrocesso com relação a isso. Não vai haver. É como a escravidão. A escravidão se tornou residual em alguns lugares, mas



o mundo aboliu. Então, não tem como voltar atrás nas questões de sexualidade e gênero. Portanto, isso vai ter que ser enfrentado. Não pode ser uma campanha que esconda nem coloque a comunidade LGBT na “bacia das almas”. Eu não vou permitir isso. Você pode perguntar, que poder você tem para isso? O poder que eu tenho é o poder que tenho como cidadão. Eu estou entrando nessa campanha e da mesma maneira como eu fui solidário a Lula, não o abandonei no momento mais difícil da vida dele, acreditei na inocência dele e estou aqui, eu acho que ele vai dar um voto de confiança de que, claro, essas questões podem ser tratadas e enfrentadas dizendo a verdade para as pessoas e enfrentando os preconceitos das pessoas.

Qual a sua percepção sobre Bolsonaro? Você conviveu antes que ele fosse eleito presidente e era quase que um antagonista para ele. Bolsonaro já te perseguia naquela época. O quanto ele já se mostrava truculento e inadequado?

Quando eu entrei no Parlamento, Bolsonaro já tinha duas décadas como deputado. Ele é um personagem que vem da ditadura. Eu nasci em 1974, quando Bolsonaro planejou colocar bombas em lugares públicos para impedir a abertura política da dita-

dura militar, eu nem sonhava em atuar na política. Minha entrada no movimento pastoral foi em 1988. Ou seja, esse sujeito existia como um fascismo residual, comportado pela própria democracia como uma infecção, uma célula cancerosa que o corpo controlava. Então, ele era uma célula cancerígena num corpo que passou por uma quimioterapia que restaurou a democracia no Brasil. As pessoas sabiam, mas não eliminavam. Algo que é uma contradição da própria democracia.

Quando eu entrei na Câmara em 2011, ele viu a oportunidade de parasitar a minha popularidade. Ele era um deputado paroquial, conhecido no Rio de Janeiro, ligado a grupos paramilitares cariocas, que representava as demandas dos militares por aumentos de salários e, claro, uma agenda autoritária de segurança típica da ditadura que era a ideia de que “bandido bom é bandido morto”. Com a visibilidade que o meu mandato passou a ter por causa das questões LGBTs, principalmente, em torno da discussão do casamento civil igualitário como decorrência da decisão de 2011 do STF de garantir a união estável homoafetiva, ele viu ali uma oportunidade de parasitar e aparecer. E ele teve o espaço para isso por causa da homofobia social e institucional. A própria im-

RESPEITO

Fiz oposição a Dilma quando achei que tinha de fazer, mas me coloquei na defesa dela quando veio o golpe e os ataques da imprensa. Mas tenho consciência de que os governos Lula e o primeiro governo Dilma foram os melhores que o Brasil já teve desde a redemocratização, talvez os melhores governos da história do Brasil

prensa homofóbica precisava dar voz a alguém que dissesse absurdos que contrariassem o avanço que a comunidade LGBT estava fazendo. Só ele se prestava a dizer aqueles absurdos. A imprensa se comportou como se eu fosse um deputado judeu, sobrevivente do holocausto e colocassem alguém para contrapor as minhas falas que era negacionista do holocausto. Era mais ou menos isso o que aconteceu comigo e Bolsonaro.

Ele foi ganhando espaço na imprensa. E a violência que ele perpetrava contra mim era tida como anedótica. Porque as pessoas riam. Não só quem cobria a política, mas os próprios colegas de parlamento tirando as mulheres, Maria do Rosário, as pessoas que eram vítima dele. Todas as pessoas que, na perspectiva dele, eram um outro vulnerável, ele insultava e avançava. E as pessoas aceitavam isso como normal. Com isso, ele foi ganhando espaço nos programas de humor. O ridículo político foi ganhando espaço. A célula cancerígena foi produzindo outras, foi virando um tumor maligno e que começou a entrar em metástase em 2016. Em 2018, adoeceu todo o corpo social e agora o Brasil está passando por uma terapia de choque para tentar recuperar o seu corpo, para ver se ainda resta corpo a essa democracia depois desse ataque. •



O ESQUEMA CRIMINOSO DO MINISTRO DO MEIO AMBIENTE

PF age contra Ricardo Salles, suspeito de corrupção e do envolvimento direto com o contrabando de madeira da Amazônia exportado ilegalmente para os Estados Unidos e Europa. PT pede ao Supremo o afastamento imediato do cargo

A flauta de Akwanduba, divindade justiceira dos índios araras, tocou alto na quarta-feira, 19 quando o chefe do Ministério do Meio Ambiente, Ricardo Salles, acordou com a Polícia Federal promovendo uma devassa, cumprindo mandado de busca e apreensão em seu apartamento e na sede do órgão, na Esplanada dos Ministérios.

Ele é suspeito de envolvimento direto no esquema criminoso de venda ilegal de madeira derrubada da floresta amazônica para exportação aos mercados europeu e dos Estados Unidos. Salles, o presidente do Ibama,

Eduardo Bim - afastado do cargo por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes - e outros servidores públicos são investigados por crimes de corrupção, advocacia administrativa, prevaricação e facilitação de contrabando.

O PT protocolou notícia-crime no STF, pedindo o afastamento imediato de Ricardo Salles do comando do ministério, enquanto acontecem as investigações da Polícia Federal que apuram o envolvimento no esquema. A ação pede ainda que, a partir do afastamento, Salles seja proibido de manter contato com qualquer outro investigado pela PF no

caso, sob pena de prisão. Salles foi denunciado ao Supremo pelo delegado da PF Alexandre Saraiwa, então superintendente da Polícia Federal no Amazonas, afastado do cargo por decisão direta do presidente Jair Bolsonaro.

A bancada do PT na Câmara defende a instalação imediata de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as denúncias de omissões e crimes cometidos por Salles. "Diante da operação da PF, agora não tem volta: CPI já", disse o líder Elvino Bohn Gass (RS). "A CPI é crucial para investigarmos uma gestão que fez tudo para destruir o meio ambiente em todos os biomas do país, sem falar das suspeitas

de envolvimento de Salles com organizações criminosas que agem contra a natureza, povos indígenas e quilombolas”.

Deflagrada com base em informações da embaixada norte-americana no Brasil, a Operação Akuanduba investiga a exportação ilegal de madeira para Estados Unidos e Europa. Salles e seus subordinados são acusados de crimes contra a administração pública. Além deles, empresários do ramo madeireiro fazem parte da organização criminosa.

O ministro Alexandre de Moraes também decretou a suspensão imediata do Despacho 7036900/2020/GAB/IBAMA, emitido em fevereiro de 2020, que permitia a exportação de produtos florestais sem a necessidade de emissão de autorização. Índícios apontam que o documento, elaborado a pedido de empresas com cargas apreendidas no exterior, resultou na regularização de 8 mil cargas de madeira ilegal entre 2019 e 2020.

Naquele mês, Salles se reuniu com representantes da Confloresta e Aimex, além de um diretor da Tradelink Madeiras. Logo em seguida, houve o atendimento integral da demanda formulada pelas duas entidades, legalizando, inclusive com efeitos retroativos, milhares de cargas expedidas ilegalmente entre os anos de 2019 e 2020.

Em longo despacho de 63 páginas, Moraes detalhou trechos do ofício encaminhado pela embaixada americana à PF, segundo a qual a apuração teve início em janeiro de 2020. Na ocasião, o Serviço de Pesca e Vida Selvagem dos Estados Unidos (FWS) deteve para inspeção no Porto de Savannah, na Geórgia, três contêineres de madeira exportados do Brasil.

“Esta empreitada criminosa não apenas realiza o patrocínio do interesse privado de madeireiros e exportadores em prejuí-

zo do interesse público, notadamente através da legalização e de forma retroativa de milhares de carregamentos de produtos florestais exportados em dissonância com as normas ambientais vigentes entre os anos de 2019 e 2020 mas, também, tem criado sérios obstáculos à ação fiscalizatória do Poder Público no trato das questões ambientais, com inegáveis prejuízos a

CRIMES INCLUÍRAM ATÉ DESPACHO DO PRESIDENTE DO IBAMA REGULARIZANDO CARGAS DE MADEIRA JÁ EXPORTADAS PARA OS EUA

total da sociedade”, alega a PF em trecho reproduzido na decisão de Moraes.

Segundo o ministro, a investigação traz “fortes indícios de um encadeamento de condutas complexas”, da qual teriam participado autoridade com prerrogativa de foro, agentes públicos e pessoas jurídicas, “com o claro intuito de atribuir legalidade às madeiras de origem brasileira retidas pelas autoridades norte-americanas, a revelar que as investigações possuem reflexos transnacionais”.

A PF revelou ainda “movimentos suspeitos” nos negócios

particulares de Salles. “A representação [da PF] aponta a possível existência de indícios de participação do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em razão de comunicações ao COAF por operações suspeitas realizadas, também nos últimos anos, por intermédio do escritório de advocacia do qual o referido Ministro de Estado é sócio”, assinala o magistrado.

O Coaf vem sofrendo reveses desde 2019, quando foi transferido do Ministério da Justiça para o Banco Central. Há dez dias, Bolsonaro cortou a verba que seria destinada pelo órgão à modernização de seu principal instrumento de identificação de crimes como corrupção e lavagem de dinheiro. A decisão baseia-se em parte no relatório da Polícia Federal que partiu da declaração de Ricardo Salles sobre “passar a boiada”, na fatídica reunião ministerial de 22 abril de 2020.

Já há 100 assinaturas no pedido de CPI contra Salles protocolado no fim de abril pelos partidos de oposição. O documento foi assinado por membros de sete partidos – PT, PSB, PDT, Psol, PCdoB, Rede e PV – e pelos líderes da oposição. Segundo Bohn Gass, agora será agilizada a coleta de assinaturas para se chegar ao número necessário (171) para a instalação da CPI.

A CPI proposta tem cinco frentes de investigação: a denúncia de que Salles teria atuado em favor de madeiras ilegais após apreensão histórica no Norte do país; o desmonte da fiscalização e omissão diante do desmatamento na Amazônia; conluio com garimpeiros ilegais que teria levado à suspensão da fiscalização; o uso de voo da Força Área Brasileira (FAB) para levar garimpeiros ilegais do Pará para reunião com o ministro em Brasília; e a omissão diante dos incêndios no Pantanal e do “dia do fogo”. •



Vitor Moriyama/ISA

MORTE, SANGUE E EXPLORAÇÃO

O genocídio dos povos indígenas como política de Estado. No projeto de poder autoritário de Bolsonaro, a proposta de lei que pretende permitir a mineração em terras é a ponta de lança de um pseudodesenvolvimento econômico a qualquer custo

Por Nilto Tatto *

A postura hostil de Jair Bolsonaro contra os povos indígenas não é novidade a nenhum observador atento da conjuntura brasileira. Desde a campanha de 2018, quando Jair ainda era deputado federal, o então candidato sempre atacava os povos indígenas e comunidades tradicionais, prometendo se eleito não demarcar um centímetro de terras conforme políticas dos governos anteriores que, em maior ou menor grau, vinham avançando.

Uma vez eleito, honrando a tradição dos genocidas totalitários a quem tanto exaltou, Bolsonaro deu vazão a uma política de desenvolvimento ultrapassada e enterrada, que remonta ao período do "bandeirantismo", quando os povos originários eram tratados como entrave ao desenvolvimento predatório e, portanto, deveriam ser eliminados.

Nesse projeto de poder autoritário, o projeto que pretende permitir a mineração em terras indígenas é a ponta de lança de um pseudodesenvolvimento

econômico a qualquer custo. O que vem acontecendo nas terras da etnia Yanomami em Roraima é um roteiro conhecido. Garimpeiros agem de forma clandestina e criminoso dentro da reserva Yanomami e tentam encurralar os indígenas com ataques armados, intimidações e agressões.

Há um cenário iminente de massacre dos yanomami, seja por ataques armados, ou pela disseminação de doenças trazidas pelos garimpeiros, como Covid-19 e malária. A destruição ambiental provocada pela atividade

garimpeira criminosa, com utilização em grande escala de mercúrio, tem poluído os rios, contaminando a cadeia alimentar, deixando os indígenas doentes e sem acesso à água potável e à pesca.

Com o apoio logístico e político do Governo Federal, seja por meio do presidente Bolsonaro ou de seus ministros, inclusive o do Meio Ambiente, Ricardo Salles, os garimpeiros se sentem à vontade e legitimados para afrontar e atacar até mesmo os policiais federais que foram até a região para proteger os indígenas e foram recebidos a bala. O mesmo cenário está presente em relação aos Munduruku que vivem na região do Tapajós, no Pará.

Estou coordenando um movimento junto à bancada do PT na Câmara dos Deputados para aprovar um requerimento de instalação de uma CPI para apurar a atuação de Bolsonaro no patrocínio político e ideológico de uma política de sangue, morte e exploração dos indígenas como um projeto de Estado e parceria com mineradores, que exploram e contrabandeam recursos minerais sem pagar impostos, coordenado com o objetivo de eliminar a resistência dos indígenas.

A mobilização social para impedir o avanço da tramitação do projeto que permite a mineração em terras indígenas deve ser uma das nossas prioridades nas próximas semanas. Proteger os povos tradicionais é parte do processo de restaurar nosso Brasil da sanha bolsonarista genocida. Avante nessa luta!

É deputado federal pelo PT de São Paulo e coordenador do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas em Meio Ambiente da FPA

UM APELO: RICARDO SALLES NA CADEIA, JÁ!

Quando o mundo reforça a importância de medidas urgentes em defesa da natureza, o Brasil vai na contramão. O governo segue o pensamento militar brasileiro de 50 anos atrás, que via a natureza como inimiga

Por Elvino Bohn Gass *

A mega operação da Polícia Federal para investigar o envolvimento do ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente) com grupos criminosos que contrabandeam para o exterior madeira extraída ilegalmente expôs, mais uma vez, o caráter miliciano-negacionista do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro.

O mundo está perplexo com a divulgação dos crimes cometidos por Salles e agentes públicos nomeados por ele, todos em articulação com madeireiros para atuar contra a administração pública, praticando corrupção, advocacia administrativa, prevaricação e, especialmente, facilitação de contrabando.

A bancada do PT entrou com uma notícia-crime contra Salles no Supremo Tribunal Federal e defende a criação imediata de uma CPI para investigar o nefasto ministro, cuja gestão tem-se voltado para destruir o meio ambiente em todos os biomas do país, junto com diferentes organizações criminosas que agem contra a natureza, povos indígenas, quilombolas e habitantes da Amazônia.

Salles inviabilizou a proteção ambiental e assim contribuiu decisivamente para a alta do desmatamento e das queimadas, sobretudo na Amazônia. Só em abril deste ano, foram desmatados quase 800 km² de florestas. Reuniu-se com garimpeiros criminosos e os levou em

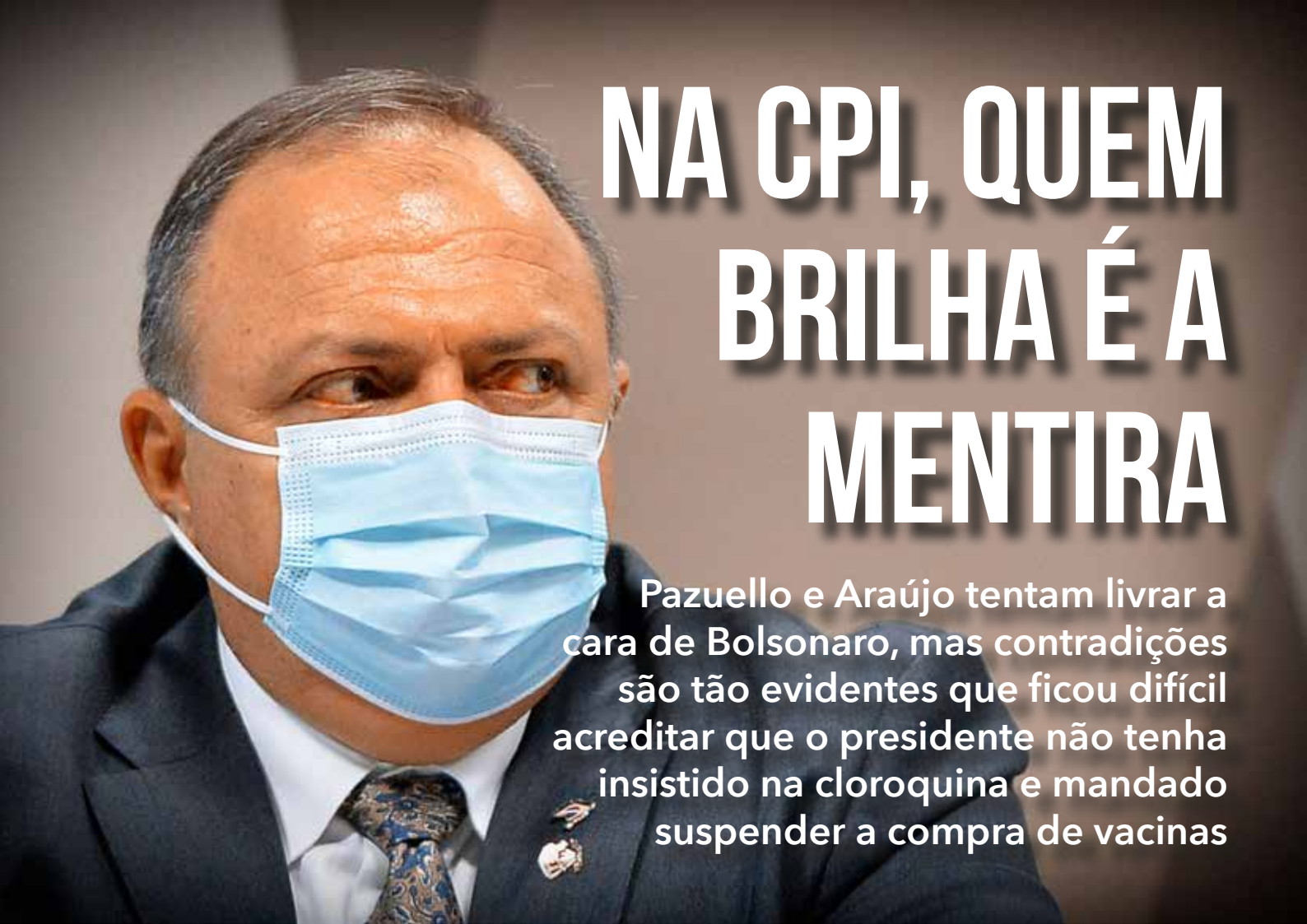
avião da FAB à Brasília, onde defenderam - pasmem - o direito de destruir rios e florestas.

Quando o mundo reforça a importância de medidas urgentes em defesa da natureza, o Brasil vai na contramão. O ministro do Meio Ambiente segue o pensamento militar brasileiro de 50 anos atrás, que via a natureza como inimiga. Já deveria estar afastado em caráter liminar (urgente) e condenado, com a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa e proibição de contratar com o poder público e de receber benefícios e incentivos fiscais ou creditícios.

A PF comprovou o que denunciávamos há tempos: Salles sempre teve o objetivo de fragilizar e destruir todo o legado na área ambiental que o Brasil construiu em décadas, com estruturas de fiscalização, normas ambientais e mecanismos de proteção à fauna, flora e nossos biomas. A quebra do sigilo fiscal e bancário do ministro, já decretada, vai ajudar a esclarecer se ele também praticou corrupção e enriquecimento ilícito ao fortalecer a atuação de grupos criminosos.

O Brasil tem um governo que "passa a boiada", promovendo a devastação, a garimpagem e a grilagem de suas terras e de seu patrimônio ambiental. Afastamento já e cadeia para Salles! •

Deputado pelo Rio Grande do Sul, é líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados



NA CPI, QUEM BRILHA É A MENTIRA

Pazuello e Araújo tentam livrar a cara de Bolsonaro, mas contradições são tão evidentes que ficou difícil acreditar que o presidente não tenha insistido na cloroquina e mandado suspender a compra de vacinas

Alessandro Dantas

A quarta semana de trabalhos da CPI da Covid foi encerrada na quinta-feira, 20, depois de os integrantes da comissão de investigação ouvirem por mais de 25 horas dois ex-colaboradores de Jair Bolsonaro, que se esmeraram para livrar a cara do presidente Jair Bolsonaro de qualquer responsabilidade pela condução da pandemia, que já matou quase 450 mil brasileiros.

Os ex-ministros Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e Eduardo Pazuello (Saúde) tentaram eximir o Planalto em seus depoimentos pela má condução da crise sanitária, mas só reforçaram a convicção de que o principal responsável pela tragédia humanitária que o país vive é o presidente. As contradições do diplomata e do general desmontaram o esforço de blindagem dos governistas na CPI.

Na ânsia de proteger o presi-

dente, os ex-ministros não conseguiram explicar o que fez Bolsonaro para evitar mortes, proibir a compra da Coronavac e insistir tanto na adoção de medicamentos ineficazes, como a cloroquina e a ivermectina. O relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL), chegou a apresentar na quinta uma lista de 15 mentiras de Pazuello.

Renan disse que Pazuello cometeu crime ao insistir em falso testemunho e embaraçar os trabalhos da CPI. "Ficou evidente que a missão do depoente nesta CPI não foi esclarecer a população ou colaborar para encontrarmos a verdade, mas, sim, eximir o presidente da República de qualquer responsabilidade pela condução temerária pelo governo federal das ações de combate à pandemia", apontou Renan, em relatório preliminar.

"Embora tenha sido claramente treinado para esse objetivo,

seu depoimento não se sustenta, e qualquer pessoa que tenha acompanhado suas declarações ao longo da pandemia e ouviu o que disse a esta comissão chega à mesma conclusão: o depoente estava, sem nenhum pudor, mentindo para proteger outros culpados", acusa Calheiros.

Para o senador Humberto Costa (PT-PE), que é titular da CPI, as duas audiências de Pazuello foram esclarecedoras, e embora ele tenha tentado poupar o presidente, não conseguiu esconder a verdade, inclusive quanto à omissão do Planalto diante da crise em Manaus, quando faltou oxigênio e boa parte da população morreu asfíxiada. "Pazuello confirmou que Bolsonaro estava na reunião ministerial que decidiu não agir no estado do Amazonas. Eu volto a perguntar a esse governo: qual o valor de uma vida humana?", criticou o petista.

Pazuello mentiu nos dois dias de depoimento - quarta, 19, e quinta, 20 - em sua tentativa de tirar dos ombros de Bolsonaro a responsabilidade pela demora do governo na aquisição de vacinas, a recomendação de cloroquina para tratamento de Covid-19, a falta de oxigênio em Manaus e a utilização da ferramenta TrateCov, um protótipo que teria como objetivo "facilitar o diagnóstico da doença". O TrateCov seguia a linha do tratamento precoce defendido pelo governo, indicando medicamentos sem eficácia comprovada no tratamento de pacientes com Covid-19.

"Nós estamos aqui discutindo 441.864 mortes. Se temos esse número de mortes, é porque tivemos milhões de brasileiros que se infectaram", criticou o senador Rogério Carvalho (PT-SE). "E quando fazemos a avaliação de uma pandemia, a gente precisa saber que medidas preventivas para evitar a expansão da pandemia não foram adotadas. Estamos diante de uma investigação de um crime contra a saúde pública e um crime contra a vida".

O líder da Minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN), disse que o depoimento do ex-ministro da Saúde mostrou o poder "devastador" das orientações equivocadas de Bolsonaro, ao longo da pandemia, como o estímulo ao uso de medicação sem comprovação científica e o chamado tratamento precoce.

"Eu exibi aqui uma prova de como é importante nós termos um governo confiável. Uma demonstração do efeito devastador que tem do alto risco de uma recomendação superior, sistematização superior de uma prática sem comprovação e que dá a falsa sensação de segurança, de blindagem contra o vírus. É isso, certamente, levou muita gente a descuidar, a relaxar nos cuidados e no isolamento [social]", criticou

Jean Paul, após exibir trechos de vídeos onde o então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, fez a defesa pública do app TrateCov, na cidade de Manaus.

Rogério solicitou o envio das oitivas de Pazuello ao Ministério Público, a exemplo do que foi feito com o depoimento do ex-secretário especial de Comunicação da Presidência da República, Fábio Wajngarten. Após as críticas, Pazuello voltou atrás e informou os que pediu a retirada do TrateCov do ar após o sistema ter sido hackeado. "O hacker é tão bom que ele conseguiu botar uma matéria na TV Brasil", rebateu o presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM).

Pazuello também negou que o presidente tenha mandado cancelar a compra de vacinas da China. Sobre a célebre frase "um manda, outro obedece", dita por Pazuello ao lado de Bolsonaro em outubro passado, o ex-ministro disse que se tratava apenas de uma "posição de internet" e que a posição do presidente não interferiu em contratos de compras de vacinas. O fato é que Bolsonaro desautorizou, em outubro do ano passado, o então ministro Pazuello e determinou a suspensão da compra de 46 milhões de doses da vacina Coronavac.

Sobre as ofertas de vacinas da Pfizer, Pazuello havia afirmado que respondera a todas as ofertas de vacinas da farmacêutica, mas que as negociações não avançaram no segundo semestre de 2020 pela imposição de "cláusulas assustadoras" no contrato. Ele contradisse o CEO da Pfizer, Carlos Murillo, e o ex-chefe da Secom, Fábio Wajngarten, que afirmaram que as ofertas foram ignoradas pelo Ministério da Saúde. O senador Jean Paul Prates não descartou a necessidade de acareações em função dos desencontros de informações nos depoimentos feitos na CPI da Covid. •

PEGO NO FLAGRA

1. O ex-ministro **MENTIU** ao dizer que nunca recebeu ordens do presidente para reverter ações do Ministério da Saúde. Em 2019, foi desautorizado publicamente por Bolsonaro após anunciar acordo para aquisição de doses da CoronaVac.
2. É **FALSA** a declaração de Pazuello de que Bolsonaro não mandou desfazer a negociação pela CoronaVac.
3. É **FALSO** que o general só tenha sido alertado sobre a crise de oxigênio em Manaus no dia 10 de janeiro. Registros mostram que ele foi avisado no dia 7.
4. **NÃO É POSSÍVEL AFIRMAR** que a testagem tenha sido um dos pilares da estratégia do governo contra a pandemia. Mais de 6 milhões de exames ficaram armazenados sem destinação até o prazo de vencimento.
5. É **FALSO** que Pazuello não promoveu o uso da cloroquina, como disse à CPI.
6. O ex-ministro também **MENTIU** ao afirmar que o ministério distribuiu cloroquina a indígenas apenas contra a malária. Documentos no site da pasta provam que o medicamento foi enviado a aldeias como tratamento da Covid-19.
7. **NÃO É VERDADE** que o aplicativo TrateCov, criado para orientar médicos a prescrever o "tratamento precoce", não chegou a entrar em operação. A plataforma foi lançada em Manaus em 11 de janeiro.
8. Pazuello também **MENTIU** ao afirmar que sua gestão seguia as recomendações da OMS.
9. É **FALSO** que o STF proibiu ou limitou as ações do Ministério da Saúde para o combate à Covid-19.
10. É **FALSO** que a cloroquina seja um medicamento antiviral.



Alessandro Dantas

O DIPLOMATA MENTE, MAS NÃO CONVENCE NINGUÉM

Balbuciente e nervoso, Ernesto Araújo também tentou proteger o presidente, mas fracassou e não conseguiu esclarecer contradições. “A política externa brasileira foi o braço internacional da tese da imunidade de rebanho, do desinteresse em conseguir vacinas e insumos”, acusa o senador Humberto Costa

Nem parecia o dileto aluno de Olavo Carvalho, o minion que vociferou contra o globalismo, que falou as maiores impropriedades diante da comunidade internacional e que enxerga tramoias comunistas em organismos multilaterais. O bitbull da diplomacia bolsonarista virou um débil e gaguejan-

te depoente. Ernesto Araújo, o ex-poderoso ministro das Relações Exteriores prestou um vergonhoso depoimento diante da CPI da Pandemia, na terça-feira, 18.

Muito nervoso e balbuciando respostas, Araújo foi confrontado por ter atrapalhado a chegada de insumos para vacinas e imunizantes contra a Covid-19, especialmente por seus ataques

à China e pela inabilidade diplomática. O ex-ministro se contradisse em diversas ocasiões e também mentiu despidoradamente para tentar escapar da própria responsabilidade pela crise sanitária, negando que tenha causado atritos com a China e ter sido voz contrária à aquisição de vacinas pelo consórcio Covax Facility.

“A política externa brasileira

foi o braço internacional da tese da imunidade de rebanho, do desinteresse em conseguir vacinas e insumos, em ajudar que o isolamento social acontecesse”, denunciou o senador Humberto Costa (PT-PE). “Sabotaram o tempo inteiro a relação com a China”, acusou. O senador mencionou o ataque de Eduardo Bolsonaro à China e a tentativa de Araújo de interceder na substituição do embaixador chinês no Brasil. “Pode existir ofensa diplomática maior do que essa?”, questionou.

O ex-chanceler ainda tentou rebater, que foi o embaixador da China quem cometeu ofensa ao “atacar” a família Bolsonaro. O esforço foi patético. “Hoje estamos vivendo essa tragédia, que é sanitária, que é econômica e social, um drama para o nosso país”, concluiu o senador pernambucano. “Senhor relator [Renan Calheiros], Vossa Excelência terá que lembrar muito bem do nome do ex-ministro Ernesto Araújo na hora escrever o relatório desta CPI”, declarou.

O ex-ministro mentiu para tentar encobrir sua atuação desastrosa à frente do Itamaraty, dizendo que “jamais” promoveu atritos com a China. Também afirmou que saiu do ministério por uma “pressão” do Senado. Araújo ainda se negou a comentar os recentes ataques de Bolsonaro à China, nos quais insinuou que o vírus da Covid teria sido criado em laboratório.

“Certamente não a questão de vacinas, como foi falado. O presidente manifestou que havia surgido, a partir de determinados fatos, dificuldades que poderiam dificultar o relacionamento, especificamente com o Senado e diante disso me pediu que colocasse a disposição o cargo, o que eu fiz”, gaguejou o ex-ministro das Relações Exteriores.

Ele também tentou justificar sua atuação para trazer cloroquina ao Brasil, medicamento sem comprovação científica contra a Covid-19. E confirmou articulação do Itamaraty para trazer a droga ao invés de vacinas. “Em função de um pedido do Ministério da Saúde, procuramos viabilizar insumos para hidroxiclороquina. É um remédio para doenças crônicas”, tentou justificar, sem mencionar o estoque de cloroquina encalhada e que Bolsonaro tentou empurrar a estados e municípios.

Araújo foi questionado por Humberto Costa ainda sobre a pressão feita pelos Estados Unidos para que o governo brasileiro não aceitasse ofertas da vacina russa Sputnik V. O relatório do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA foi vazado pela imprensa em março. Ao ouvir resposta negativa, o senador emendou: “Então o Departamento de Saúde norte-americano publicou uma notícia falsa? Ou então, como nesse governo, quem é da área não exerce o seu papel – tem outro para fazer – pode ser que o [ex-chefe da Secom] Wajngarten tenha rejeitado essa vacina da Rússia”.

Araújo também foi perguntado sobre os motivos pelos quais o Brasil aceitou apenas 10% da cobertura de vacinas oferecidas pelo consórcio Covax Facility, da Organização Mundial da Saúde (OMS). Pela oferta do consórcio, o país poderia ter optado por uma cobertura vacinal de até 50% da população. Ele desconversou, afirmando que à época não havia informações suficientes sobre o consórcio. Depois, disse que a opção pelos 10% foi uma decisão do Ministério da Saúde, anunciada em setembro, quando a pasta era chefiada por Eduardo Pazuello. •

CAPITÃ CLOROQUINA É O PRÓXIMO ALVO

CPI ouve na terça, 25, a secretária do Ministério da Saúde que defende medicamento ineficaz

A secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro, é a próxima testemunha a ser ouvida pela CPI da Covid, nesta terça-feira, 25. A convocação dela é considerada peça-chave pela CPI, porque Mayra se notabilizou como defensora do “tratamento precoce” com medicações sem nenhuma comprovação efetiva contra o coronavírus, como a cloroquina.

Os integrantes da CPI querem informações sobre a aquisição e distribuição de comprimidos de cloroquina pelo Ministério da Saúde, inclusive para Manaus e para o estado do Amazonas, que tiveram colapso no sistema de saúde em janeiro, culminando com a falta de oxigênio nos hospitais.

Médica, a secretária ganhou o apelido de Capitã Cloroquina pela defesa enfática do medicamento. Ela terá que dar explicações sobre a plataforma desenvolvida pelo Ministério da Saúde, o TrateCov, que recomendava o uso de cloroquina no combate à Covid-19. Em depoimento à CPI, Eduardo Pazuello afirmou que a ideia partiu de Pinheiro.

A exemplo de Pazuello, a secretária chegou a pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) um habeas corpus preventivo para não ser obrigada a responder as perguntas dos senadores, de modo a não produzir eventuais provas contra si. Mas o pedido foi negado. •



HORA DE APONTAR RESPONSABILIDADES

A real posição do Brasil no mundo durante a pandemia e o tema da responsabilização. Decisões de Bolsonaro afrontaram todos os consensos médicos e científicos do mundo civilizado, centrados na defesa do distanciamento social, uso de máscara e quarentenas

Por André Calixtre *

Um dos temas mais urgentes a se enfrentar nos próximos passos da CPI sobre a Covid no Senado é o da responsabilização. Já se sabe que as decisões do governo Bolsonaro adotadas desde o princípio da eclosão da pandemia afrontaram todos os consensos médicos e científicos do mundo civilizado, centrados na defesa do distanciamento social, uso de máscaras e decretação de quarentenas urbanas, sustentadas por pesados auxílios econômicos aos trabalhadores como a única saída profilática enquanto a ciência se encarregava de apresentar vacinas viáveis à população no menor tempo possível.

Bolsonaro agiu em confronto aberto: promoveu aglomerações, tratamentos sem comprovação

científica, induziu trabalhadores a romper o isolamento social, desrespeitou normas sanitárias básicas e dificultou tanto o desenvolvimento quanto a aquisição das vacinas. Isso levou o Brasil a representar, sozinho, 12,8% das mortes globais por coronavírus até o momento, mesmo dispondo de apenas 2,7% da população global. O Brasil é o segundo país com o maior número absoluto de óbitos, atrás somente dos Estados Unidos.

Falta agora unir causa e efeito, atribuindo aos agentes públicos a responsabilidade civil, base de qualquer Estado Democrático de Direito. No entanto, esse trágico fracasso na condução da pandemia muitas vezes é encoberto pelos defensores governamentais ao se utilizarem das estatísticas de morte por cada 100 mil habi-

tantes, que colocariam o Brasil atualmente na 13ª posição global, atrás de países como Bélgica e Itália.

Sobre o difícil tema das comparações internacionais, foi publicado fundamental estudo do Ipea, em fase ainda preliminar, que mostra claramente a liderança tanto absoluta quanto relativa do Brasil no fracasso da gestão da pandemia. E que, mais ainda, o desastre com a perda de vidas no país explica parte importante também das dificuldades que o Brasil enfrenta em seu mercado de trabalho, com variações negativas no nível de ocupação muito superiores à média dos países pesquisados.

O estudo trabalha com dados da pandemia de fins de 2019 e todo o ano de 2020. Uma questão fundamental em se compre-

ender os fenômenos das mortes por Covid no Brasil em relação ao mundo: nossa estrutura etária. Muitos dos países que se situam acima do Brasil em mortes por 100 mil habitantes assim o estão por apresentarem populações mais envelhecidas que a nossa.

Essa diferença etária, no entanto, pode ser isolada, comparando a taxa esperada que os outros países teriam de mortos por Covid caso todos tivessem a mesma estrutura etária brasileira. O resultado é assustador: mesmo antes de o Brasil formar-se como epicentro da Covid – que se consolidou durante a segunda onda de 2021 – o risco de um cidadão brasileiro morrer pelo novo coronavírus em 2020 foi 3,6 vezes maior do que a média global. E duas mil vezes maior do que o risco de morte de um cidadão vietnamita.

O Brasil, segundo esta metodologia, foi o 10º país mais afetado pelo coronavírus em 2020. Isso é o dobro que a sua posição bruta de mortos per capita no mesmo período – 20º lugar. Acima do Brasil nessa comparação harmonizada por estruturas etárias, o grupo é composto majoritariamente por países latino-americanos: Peru (1º), México (2º), Belize (3º), Bolívia (4º), Equador (5º), Panamá (6º) e Colômbia (8º) – além da Macedônia do Norte (7º) e do Irã (9º).

Notam-se duas características fundamentais nestes países: o subdesenvolvimento e a desigualdade. Notam-se também governos com graus distintos de negacionismo científico, que ignoraram o real impacto da pandemia na sociedade e não foram capazes de articular seus sistemas de proteção social para equacionar o desafiador mercado de trabalho dual destas economias, cujo peso do setor informal dificulta (mas não proíbe) políticas de distanciamento social efetivas.

Não bastasse o maior fardo ab-

soluto e relativo da Covid na destruição de vidas brasileiras, o estudo do Ipea também revela forte correlação entre impacto sanitário da pandemia e desempenho do mercado de trabalho, em que os países com maior risco absoluto de mortes na pandemia foram também os mesmos que tiveram mais perdas na taxa de ocupação no mercado de trabalho.

O caso do Brasil – -7% de taxa de ocupação em 2020 –, nesse cenário cruzado, está entre os piores, com grandes perdas humanas e laborais durante a pandemia, acompanhado dos países latino-americanos com alta taxa de informalidade no mercado de trabalho, como México, Colômbia, Peru, Bolívia e Argentina. Nisso, o estudo avança em dados e solidifica o argumento de que a solução correta para a saída da crise econômica está umbilicalmente ligada à solução também correta para a pandemia, opção esta desprezada pelo governo Bolsonaro em favor de aberturas precoces e por negligenciar a expansão tanto do auxílio emergencial quanto da proteção dos postos de trabalho formais no início de 2021, que impulsionaram a amplitude e o alcance da segunda onda pandêmica.

A disponibilidade de instrumentos públicos capazes de gerenciar uma pandemia em países desenvolvidos é sempre maior que no mundo em desenvolvimento, mas isso não justifica o péssimo desempenho do Brasil, cada vez mais evidente nas pesquisas e estudos sérios divulgados.

Nosso Estado, com todas as dificuldades enfrentadas desde o Golpe de 2016, ainda dispunha de ferramentas estratégicas que, não tivessem sido ignoradas, poderiam ter alterado o curso das mortes na pandemia e, simultaneamente, amenizado a crise do mercado de trabalho. O uso dos sistemas únicos de saúde e de as-

sistência social com máxima eficiência, sem perdas orçamentárias com o precoce levantamento do decreto de calamidade, e com a busca ativa em massa dos trabalhadores informais aptos ao auxílio emergencial, diminuindo a necessidade do deslocamento e aglomeração de milhões de brasileiros para as agências bancárias em busca do auxílio.

Além disso, a formação imediata de um gabinete de crise, de alcance federativo, com sustentação científica para a decretação de quarentenas regionalizadas e de um protocolo nacional de atendimento à pandemia no sistema de saúde. Também o financiamento emergencial, incondicional e imediato às instituições públicas de pesquisa para o desenvolvimento de vacinas, como também a aquisição internacional rápida das vacinas disponíveis. E, ainda, a garantia das folhas salariais até três salários mínimos para as regiões em regime restrito de quarentena e garantia de auxílio emergencial para todos os trabalhadores informais até o final da pandemia.

E, não menos importante, o pedagógico exemplo do presidente da República, como chefe de Estado, demonstrando solidariedade aos mortos, com a decretação de lutos oficiais periódicos, a mobilização da opinião pública em favor da solidariedade e da urgência do coletivismo, e o estrito cumprimento individual às normas sanitárias, tanto em seu espaço de trabalho, quanto em sua necessária representação política na sociedade. A ausência de tais medidas, óbvias a qualquer mente racional, demanda resposta à sociedade, que vela por corpos em demasia e suporta o luto que não merecia. •

* Mestre em Economia Social do Trabalho, é doutorando em História Econômica, ambos pelo programa de Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Unicamp.



DENÚNCIA: CARLUXO QUER PROGRAMA DE ESPIONAGEM

Aplicativo de empresa israelense permite invadir celulares e computadores sem indicar responsável pelo acesso. Filho do presidente teria convencido ministro da Justiça, Anderson Torres, a adquirir software por 12 meses em pleno ano eleitoral

O filho do presidente Jair Bolsonaro, o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), conhecido como ZeroDois, interferiu em um processo de licitação do governo federal para ter controle sobre uma ferramenta de espionagem. Denominado Pegasus, o sistema possibilita a invasão de celulares e computadores sem indicar o responsável pelo acesso. A denúncia foi publicado pelo UOL.

A licitação é orçada em R\$ 25,4

milhões e tem o objetivo de contratar o programa de espionagem Pegasus, desenvolvido pela empresa israelense NSO Group. O deputado federal Marcelo Freixo (PSOL-RJ) anunciou que vai pedir a convocação do filho do presidente para prestar esclarecimentos na Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados.

Desenvolvido e vendido pelo NSO Group, com sede em Herzlia, em Israel, e que é parte de um grupo de private equity sediado no Reino Unido chamado

Novalpina Capital, o Pegasus foi projetado para se infiltrar em telefones e começar a transmitir a localização do proprietário, seu código criptografado chats, planos de viagem - e até mesmo as vozes de pessoas que os proprietários conheceram - para servidores em todo o mundo.

O jornal inglês *Financial Times* denunciou em outubro de 2019, que a NSO desenvolveu um novo método ao transformar uma vulnerabilidade no WhatsApp, usada por 1,5 bilhão de pessoas em todo

o mundo, para entregar o Pegasus de forma completamente sub-rep-tícia. O usuário nem mesmo precisa atender o telefone, mas, uma vez entregue, o software instantaneamente utiliza falhas no sistema operacional do dispositivo para transformá-lo em uma ferramenta secreta de escuta.

A ação do filho do presidente da República tirou o GSI e a Agência Brasileira de Informações (Abin) das negociações, órgãos que seriam diretamente beneficiados com a ferramenta. Nos bastidores, a ideia é de que Carlos Bolsonaro tenta diminuir o poder dos militares no governo.

O UOL informa que a contratação daria direito a 249 licenças para uso do programa. Dessas, Carlos teria controle sobre 155, por meio de Anderson Torres. Chama a atenção o fato de que a licença de uso seria por 12 meses e de que o processo de licitação ocorre no ano anterior às próximas eleições gerais no Brasil.

O Ministério da Justiça negou que o Edital de Licitação 03/21 tenha o objetivo de adquirir o Pegasus. A pasta é desmentida pelas fontes da reportagem e pelo fato de que uma das empresas que apresentaram oferta, no valor de mais de R\$ 60 milhões, é uma representante brasileira da empresa israelense NSO Group, dona do Pegasus.

Também de acordo com o site, Carlos Bolsonaro trava uma disputa pelo controle de ferramentas de espionagem com a cúpula militar do país. "Em junho de 2019, em uma reunião sigilosa no Quartel-General do Exército, uma outra ferramenta, concorrente do Pegasus, foi apresentada a sete generais. (...) O encontro confidencial, porém, foi descoberto por Carlos Bolsonaro. Sete dias depois, o general Santos Cruz (então ministro da Secretaria de Governo) foi exonerado", lembrou o UOL. •

APLICATIVO É ALVO DE SUSPEITA DE CIBERESPIONAGEM EM VÁRIOS PAÍSES

O software espião feito em Israel que está no centro da crise envolvendo Carlos Bolsonaro, chamado Pegasus, está envolto em polêmicas e é apontado como responsável por espionagem em diversos países. O polêmico programa foi desenvolvido pela empresa israelense NSO Group. Descoberto em 2016, o spyware é vendido como uma ferramenta para coibir a ação de criminosos e terroristas. Mas nos últimos anos, governos de países como México, Ruanda, Índia e Arábia Saudita foram pegos usando a tecnologia para invadir celulares e monitorar conversas de opositores políticos.

Semelhante a um vírus, o Pegasus permite rastrear em segredo todas as atividades da pessoa que teve o aparelho infectado. Desde mensagens enviadas e digitadas até informações de acesso a contas bancárias, redes sociais e email. Também é possível usá-lo para ativar remotamente o microfone do celular espionado para ouvir ligações e tirar fotos com a câmera, além de acessar a localização e monitorar os sites navegados com o tempo de acesso em cada um deles.

O programa faz tudo isso explorando uma série de falhas e brechas de segurança nos códigos

do iOS, o sistema operacional dos iPhones, e no Android. Apple e Google já corrigiram muitas das falhas que permitem a espionagem do Pegasus, mas o software ainda se aproveita de aparelhos que não foram atualizados ou de novas brechas ainda não descobertas.

Pesquisadores classificam a NSO, desenvolvedora do programa, como uma revendedora de armas cibernéticas. A empresa tem autorização do governo de Israel para vender o sistema a outros países. Segundo o *New York Times*, o governo mexicano teria investido US\$ 80 milhões entre 2011 e 2017 para usar o Pegasus.

Os celulares de opositores do então presidente Enrique Peña Nieto eram invadidos após o recebimento de mensagens de texto com um link que levava à instalação do spyware sem que a pessoa soubesse.

De acordo com o *Financial Times*, em 2019, o Citizen Lab da Universidade de Toronto, que estuda vigilância digital em todo o mundo e está trabalhando em parceria com o WhatsApp, começou a notificar jornalistas, ativistas de direitos humanos e outros membros da sociedade civil cujos telefones foram alvejados pelo spyware. •

PEGASUS PERMITE RASTREAR EM SEGREDO TODAS AS ATIVIDADES DA PESSOA COM APARELHO INFECTADO. ATÉ GRAVAR AS CONVERSAS

LULA: “OS FASCISTAS SÃO APENAS UMA MINORIA”

Em entrevista à revista *Paris Match*, o ex-presidente diz que está pronto para lutar pela democracia. E admite que pode ser o candidato à Presidência. “Se estou na melhor posição para vencer e com boa saúde, não hesitarei. Acho que fui um bom presidente”

Por Mano Quérrouil-Bruneel | Paris Match



Dez anos de turbulência judicial, incluindo dezenove meses na prisão, não tiraram o melhor de seu otimismo e seu espírito de luta. O ex-trabalhador, símbolo da esquerda brasileira, está de volta. Em março, o Supremo Tribunal Federal do Brasil anulou suas condenações por corrupção e restaurou sua elegibilidade. Aos 75 anos, o ex-presidente não está imune a novos processos. Em um país atingido pela crise econômica e de saúde, ele diz que está pronto para lutar acima de tudo pela democracia. Hoje, ele remove oficialmente a dúvida.

Reencontrar Lula na época do coronavírus é um desafio. Para marcar uma conversa, ele teve que esperar até receber suas duas doses da vacina e então o sinal verde de seus médicos. Uma vez que todas as suas sentenças de prisão de 20 anos foram anuladas em março, ele mais uma vez pode ter todas as ambições. Nas despreziosas instalações do instituto que leva seu nome, no coração de um bairro operário de São Paulo, Lula aparece antes de seu tempo, voz áspera e caloroso aceno de cabeça. Sua barba ficou branca, mas, sob a máscara vermelha estampada com a estrela do Partido dos Trabalhadores, sua determinação permanece intacta. Aos 75 anos, curado da Covid que descobriu em Cuba, o ex-siderúrgico se revela, com pressa de livrar seu país de Jair Bolsonaro. Às caminhadas que o tornaram famoso, agora ele prefere as redes sociais. Oficialmente, o presidente está liderando uma campanha cautelosa por causa da pandemia. Sem ignorar as ameaças de morte que pairam sobre ele. A volta do ícone da esquerda brasileira desperta uma mistura explosiva de esperança e ódio.

Paris Match. A situação da saúde parece fora de controle no Brasil, com um número oficial de mortos de mais de 400.000. Como você acha que a gestão de Jair Bolsonaro da pandemia revela sua visão para a sociedade?

Lula da Silva – Assim que a Covid apareceu na China, o Brasil deveria ter se organizado criando um comitê de crise reunindo o Ministro da Saúde, as autoridades federais, nossos principais laboratórios e nossos cientistas.

BOLSONARO É O RESPONSÁVEL DIRETO POR PELO MENOS METADE DAS MORTES QUE PODERIAM TER SIDO EVITADAS. ELE NÃO LEVA A COVID A SÉRIO

No entanto, a primeira reação do nosso presidente foi negar sua seriedade. Afirmava que não era nada, só uma "gripe que mataria velhos, ousando mesmo afirmar que, sendo atlético, ele mesmo não tinha medo de nada! Aí recomendou o uso da cloroquina, agora comprovada cientificamente que não surte efeito. Em várias ocasiões, na frente das câmeras, Bolsonaro encorajou as pessoas a pegá-lo, forçando sucessivos ministros da Saúde a imitá-lo. Também exortou seus partidá-

rios a não usarem máscaras durante as manifestações públicas e falou contra o confinamento. Disse que era coisa para maricas, acrescentando que um homem, de verdade, tinha que sair na rua. Em suma, ele era totalmente irresponsável. E ele é, na minha opinião, o responsável direto por pelo menos metade das mortes que poderiam ter sido evitadas. Ainda hoje, Bolsonaro continua a não levar a Covid a sério, a atacar a China, a subestimar a importância das vacinas e acreditar na imunidade coletiva. Ele está indo na contramão, desafiando a comunidade científica e as diretrizes da Organização Mundial da Saúde.

Você acha que ele será responsabilizado perante a justiça por essas mortes?

Devemos aguardar as conclusões da comissão parlamentar de inquérito encarregada de examinar as medidas tomadas pelo governo e pelo Ministério da Saúde. Mas em qualquer país onde a democracia funciona normalmente, Bolsonaro, que é alvo de uma centena de pedidos de impeachment, já teria deixado de ser presidente da República. Infelizmente, o presidente da Câmara dos Deputados não colocou nenhum deles à votação.

Você disse que queria se envolver no gerenciamento da crise de saúde. Como você planeja fazer isso?

Esta pandemia me parece tão séria quanto uma guerra, exceto que o inimigo é invisível. Vejo o surgimento desse vírus em constante mutação como um ataque da natureza contra a humanidade. Estamos pagando o preço por nosso desrespeito a ela. Até que haja vacinas suficientes, não podemos vencer. Alertado constantemente para a necessidade de levantar patentes para que 7,8 bilhões de seres humanos pos-

sam se beneficiar com a vacina. Enquanto apenas os países ricos puderem comprá-lo para seu povo e os dos países pobres morrerem, ninguém ficará à vontade. Durante a crise econômica de 2008-2009, mais de dez reuniões foram realizadas dentro do G20 em torno da falência do Lehman Brothers. Nenhuma, até o momento, para coordenar a batalha contra a Covid. Acho um absurdo que todos, em um momento, se preocupem apenas com seus próprios interesses. O mundo é redondo, a terra gira; então, inevitavelmente, o vírus se espalha. É urgente implementar uma política abrangente contra ela.

Convidou o presidente Macron a convocar uma reunião do G20 sobre este assunto. Quando ele foi eleito, você sentiu que ele não era o "cara ideal"... Como vão as suas relações?

Não temos nenhum relacionamento, uma vez que não sou sua contraparte. Durante minha Presidência, tive numerosos encontros com seus antecessores, Nicolas Sarkozy e o companheiro François Hollande. Também gosto muito de Anne Hidalgo e espero que um dia ela seja a primeira mulher presidente da França. O interlocutor de Macron é Bolsonaro. O fato de este último ter sido desrespeitoso com ele [ao criticar a beleza física de sua esposa nas redes sociais] não deve ser um obstáculo para a relação bilateral. Os chefes de Estado não precisam apreciar uns aos outros, eles devem ter em mente interesses estratégicos comuns. A relação entre nossos dois países sempre foi excepcional. Isso deve continuar, apesar das diferenças ocasionais.

Junto com a crise da saúde, o Brasil entrou em uma fase de instabilidade política. Muitos temem que Bolsonaro use os militares para permanecer no

poder. Você teme um golpe militar, como em 1964?

Os fascistas são apenas uma minoria. Bolsonaro não é democrata, mas a maioria do povo brasileiro é. É por isso que penso que independentemente da sua vontade haverá eleições em 2022 e que ele as perderá.

Então você está otimista?

Não só: estou lutando por isso. Sou um soldado nesta luta pela democracia e não terei um momento de trégua até que Bolso-

**NÃO ESTOU SÓ.
SOU UM SOLDADO
NESTA LUTA PELA
DEMOCRACIA E
NÃO TEREI UM
MOMENTO DE
TRÉGUA ATÉ QUE
BOLSONARO SEJA
DERROTADO**

naro seja derrotado. Eu me sinto como aqueles lutadores da resistência francesa que lutaram contra o nazismo durante a Segunda Guerra Mundial...

É uma forma de anunciar oficialmente sua candidatura às eleições presidenciais de 2022?

Se estou na melhor posição para vencer e com boa saúde, sim, não hesitarei. Acho que fui um bom presidente. Criei laços fortes com a Europa, América do Sul, África, Estados Unidos, Chi-

na, Rússia. Sob meu mandato, o Brasil tornou-se um importante ator no cenário mundial, notadamente criando pontes entre a América do Sul, África e os países árabes, com o objetivo de estabelecer e fortalecer uma relação Sul-Sul e demonstrar que o predomínio geopolítico do Norte não foi inexorável.

Bolsonaro foi eleito com a promessa de trazer ordem às favelas. A polícia é a solução nessas áreas difíceis?

Bolsonaro prega a violência e pretende reinar através do terror. Ele nunca se escondeu de não gostar de movimentos sociais, sindicatos, partidos de esquerda, feministas, negros, movimentos indígenas... Basicamente, todos aqueles que defendem a democracia. Ele sempre pensou que um bom criminoso era um criminoso morto. Sua prioridade como presidente não é melhorar o acesso à educação, mas liberar o porte de armas de fogo! [Ele bate com o punho na mesa.] Ele garantiu que cada cidadão pudesse comprar quatro pistolas!

A polícia deve continuar a intervir nesses bairros?

A polícia deve cumprir seu papel sem se tornar assassina. Antes de matar um ser humano, existem outras opções: questioná-lo, julgá-lo, condená-lo. Mas Bolsonaro não quer parar: ele quer matar. A retórica de que devemos eliminar os criminosos para proteger pessoas decentes é lugar-comum entre a direita brasileira. Devemos proteger as pessoas punindo os criminosos de acordo com a lei. Isso é tudo. [Ele bate na mesa novamente.]

Qual foi sua reação quando o juiz da Suprema Corte Edson Fachin anulou sua sentença de mais de 20 anos de prisão por corrupção?

Já em 2016, quando recorreu-



Ricardo Stuckert

ENCONTRO

Na quinta-feira, 20, os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula se encontraram em São Paulo num almoço, a convite do ex-ministro Nelson Jobim. No cardápio, a defesa da democracia e o descaso do governo Bolsonaro no enfrentamento da pandemia de Covid-19.

mos, minha defesa denunciava tudo o que era revelado pela investigação publicada pelo "The Intercept" [uma revista investigativa internacional]. Infelizmente, a Suprema Corte demorou cinco anos para decidir. Continuo a desafiar qualquer pessoa - juiz, promotor, policial - a fornecer qualquer prova de um único crime que cometi. Meu único crime foi ser presidente do Brasil, eu o torneiro-mecânico sem diploma, e liderar a maior política de inclusão social que este país teve. Cometi o crime de ser o presidente que mais construiu universidades na história do Brasil; cometi o crime de permitir que os filhos dos pedreiros se tornassem engenheiros, os filhos das camareiras se tornassem médicos. Sob minha Presidência, o salário mínimo foi o que mais cresceu. Tiramos 36 milhões de pessoas da pobreza absoluta e possibilitamos a entrada de mais 40 milhões na classe média. É por isso que fui preso, acusado e impedido de aparecer em 2018.

O senhor considera que o juiz Sérgio Moro, que o condenou e acaba de ser considerado culpado de parcialidade, trabalhava para o Bolsonaro, do qual era então ministro da Justiça?

Durante meu primeiro testemunho, eu disse ao juiz Moro: "Você está condenado a me con-

denar porque a mentira foi longe demais e você não tem como voltar atrás". Essa mentira realmente envolveu um juiz, promotores e a grande mídia do país, os quais me condenaram antes mesmo de eu ser julgado. O que eles não sabiam é que estou pronto para lutar até o último suspiro para provar que se uniram para me impedir de ir às eleições.

Você foi eleito o líder mais influente do planeta pela revista "Time" em 2010, e elogiado por Obama, antes de ser enviado para a prisão. Como você vivenciou essa queda vertiginosa?

Eu segurei, porque estava convencido de minha inocência. É por isso que me recusei a trocar minha dignidade pela minha liberdade. Quando me ofereceram para ficar em prisão domiciliar com a condição de usar uma pulseira eletrônica, eu disse não. Não sou um pombo-correio e minha casa não é uma prisão.

Esse tempo na prisão mudou você?

Se eu dissesse não, estaria mentindo. Aprendi a ser mais generoso, a não acumular ódio, porque quem sofre disso não é aquele que você odeia, mas a si mesmo. Eu leio muito. As pessoas que vinham me visitar chegavam tristes e deprimidas. Eu é

que tinha que animá-las. Graças a Deus, tive a sorte de os trabalhadores deste país cuidarem de mim nestes 580 dias de detenção. Mulheres, crianças, idosos... o Brasil inteiro ficou ao meu lado! Todas as manhãs gritavam "Olá, presidente Lula!" para me dar força. Não tive tempo nem direito de sentir pena de mim mesmo. Estou muito grato por esta demonstração de solidariedade, inclusive de meus amigos ao redor do mundo. Até o companheiro Mélenchon veio me visitar.

A mídia o acusa de ser milionário, você, o "pai dos pobres". Do que você está vivendo hoje?

Vivo do salário que me paga pelo PT. Todos os meus pertences foram apreendidos e congelados há cinco anos. Mesmo os de minha falecida esposa, que meus filhos herdaram, ainda estão presos. Mas eu permaneço paciente. Meus problemas pessoais são pequenos aos olhos do povo brasileiro, que está morrendo de fome e de Covid. Não estou pedindo muito, não sou ambicioso. Não estou tentando roubar os ricos, só quero ajudar os brasileiros a recuperarem seus direitos de cidadãos. Que todos possam tomar um café e almoçar todos os dias, ter acesso a educação de qualidade, cultura, saúde, moradia...

O que resta de seus grandes programas icônicos como “Fome Zero” ou Bolsa Família, de que o Brasil tanto se orgulha?

Quando fui presidente da República, várias pesquisas de opinião mostravam que o povo brasileiro era o mais feliz do mundo. O Brasil se tornou uma espécie de queridinho. Erradicamos a fome, criamos 22 milhões de empregos. A vida das pessoas estava finalmente melhorando. Infelizmente, tudo isso acabou. No lugar do amor surgiu o ódio.

Seus objetivos sociais o levaram a negligenciar outras batalhas, como a ecologia ou a luta contra a corrupção. Você reconhece algum erro?

Muito não foi feito. Mas é importante lembrar que na minha época, em Copenhague, durante a Cop15, nosso país se comprometeu em reduzir o desmatamento em 80%, e assim fizemos. Assim como aceleramos as pesquisas no campo da energia limpa. Fui o presidente que, junto com a Alemanha e a Noruega, montou o fundo de proteção da Amazônia, sem que o Brasil abrisse mão de sua soberania territorial.

Alguns acreditam que um de seus maiores erros foi escolher Dilma Rousseff para sucedê-la. Você concorda?

Se eu me encontrasse hoje na mesma situação de 2010, faria essa escolha. Dilma é uma mulher excepcional, muito competente e leal, 100% dedicada ao seu país. Imaginei que seria mais fácil para ela aprender política, mas não foi fácil. Talvez por causa de sua formação ou do time que ela montou. Sem dúvida ela cometeu erros que a levaram à demissão, mas acima de tudo ela foi vítima de um complô para derrubá-la.

O Partido dos Trabalhadores

fez 40 anos no ano passado. Em um contexto de corrupção e crise econômica, muitos de seus eleitores se voltaram para Jair Bolsonaro... Como restaurar a confiança desse eleitorado decepcionado?

O PT provavelmente cometeu erros, mas a vitória de Bolsonaro não pode ser atribuída a eles. Os culpados são a direita, a mídia e as elites que passaram uma década rejeitando totalmente nossa política, criando um clima favorável ao pior. Desde que as

QUANDO FUI PRESIDENTE DA REPÚBLICA, VÁRIAS PESQUISAS DE OPINIÃO MOSTRAVAM QUE O POVO BRASILEIRO ERA O MAIS FELIZ DO MUNDO

eleições foram restabelecidas no Brasil em 1989, o PT sempre esteve presente no segundo turno. Quando você pergunta ao povo brasileiro nas pesquisas qual é o seu partido preferido, mais de 20% responde o PT. Além da China e de Cuba, é o maior partido de esquerda do mundo.

Você era próximo de Fidel Castro e Hugo Chávez. Cuba e Venezuela continuam sendo modelos desde seu desaparecimento?

Cuba e Venezuela nunca foram modelos para mim. Não podemos resumir meus laços de amizade com Fidel ou Chávez: também tive excelentes relações com Chirac, Sarkozy, Angela Merkel, Putin, Hu Jintao, Bush, Obama e todos os presidentes da América Latina. Posto isto, continuo a ser um fervoroso admirador da revolução cubana, a única verdadeira. Fidel Castro, de dignidade ímpar, era um mito vivo. Nunca aceitei que nenhum país, especialmente europeu, desse lições a Cuba ou à Venezuela em nome do direito dos povos à autodeterminação. Para manter a paz em nosso querido planeta, todos devem respeitá-la.

No Brasil, a corrupção parece ser endêmica. Existe uma fatalidade em querer ficar rico por todos os meios quando você chega ao poder?

Você pode me falar sobre um país poupado da corrupção? Se muitos escândalos foram denunciados no Brasil, é justamente porque o PT garantiu que eles viessem à tona e que nada impedisse as investigações judiciais. O PT criou as ferramentas de combate à corrupção, ao contrário do governo atual. Nada foi varrido para debaixo do tapete!

Você teme uma violenta campanha presidencial contra Bolsonaro?

A pandemia me impede de fazer reuniões: estou vacinado, felizmente, mas a maioria dos brasileiros não. Assim que tiver a chance, irei viajar pelo país. A melhor resposta à violência de Bolsonaro é fazer campanha pacificamente e não jogar seu jogo.

Presidente Lula em 2022, é possível?

Sim é possível. Basta fazer a pergunta ao povo brasileiro. •

MARCOS COIMBRA EXPLICA DIFERENÇAS NAS PESQUISAS

A diferença entre os resultados das pesquisas eleitorais realizadas pelos institutos Datafolha, Atlas e Ipespe está na eficiência da metodologia de cada uma. A explicação é do cientista político e diretor-presidente do Vox Populi, Marcos Coimbra. Enquanto o Datafolha aponta que Lula tem larga vantagem sobre Bolsonaro e todos os demais concorrentes tanto no 1º quanto no 2º turno, as pesquisas realizadas pelos outros dois institutos trazem disputa acirrada, mas com vantagem para Bolsonaro.

As duas foram feitas pelo telefone ou e-mail, fator que limita o resultado – não é toda a população que tem acesso a esses meios. Além disso, esse fator limitante provoca uma enorme distorção da opinião pública brasileira. “A maioria do eleitorado potencialmente simpático à esquerda, a Lula e ao PT está nas parcelas que tem menos acesso ou não tem acesso à telefonia celular”, lembra. “Isso explica porque é tão difícil, nas pesquisas telefônicas, preencher as cotas amostrais dessas camadas”.

Coimbra relata ainda que um desses institutos admitiu fazer 100 mil ligações para conseguir 2 mil. O que quer dizer que apenas uma em cada 50 chamadas é bem-sucedida. Isso significa dizer que é uma amostra que vai ficando cada vez mais enviesada à medida que se tem que descartar contatos para encontrar alguém que tenha telefone”. E adiciona: “Você chega no final com uma amostra distorcida”. Ele diz que a distorção nas pesquisas por e-mail é ainda maior. •

LULA NA LIDERANÇA GLOBAL PELA BUSCA DE VACINAS

Ex-presidente elogia o presidente Xi Jinping pelo anúncio da China em apoio à quebra das patentes para medicamentos e vacinas contra a Covid. “O mundo aos poucos voltará a respirar ares mais humanos e de solidariedade”, disse

A busca por vacinas contra a Covid-19 para o povo brasileiro tem sido uma das prioridades do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para isso, o líder político brasileiro mais influente do mundo tem utilizado seu prestígio internacional atuado junto a autoridades do mundo para buscar alternativas para o país.

O gesto mais recente de Lula foi uma saudação ao governo da China, que decidiu atender ao apelo dos países em desenvolvimento pela renúncia aos direitos de propriedade intelectual sobre as vacinas contra a Covid-19. “Mais um gesto histórico rumo à suspensão das patentes das vacinas contra a Covid-19. O mundo aos poucos voltará a respirar ares mais humanos e de solidariedade. Parabéns, presidente Xi Jinping”, disse Lula.

A medida da China ocorre depois do presidente norte-americano Joe Biden também ter declarado que vai apoiar a quebra de patentes de vacinas contra Covid-19 na Organização Mundial do Comércio, gesto igualmente elogiado por Lula. Na contramão, o governo de Jair Bolsonaro continua firme na defesa da manutenção das patentes das vacinas, uma mudança radical na posição histórica da diplomacia brasileira, que sempre vinha se posicionando a favor da quebra de patentes.

Em janeiro deste ano, a Índia, um dos maiores produtores de insumos para a vacina no mundo,

chegou a declarar, em reunião fechada na OMC em Genebra, na Suíça, que a falta de vacinas era culpa do impasse criado por Brasil e países ricos a respeito da quebra de patentes. Na época, os Estados Unidos ainda estavam sob a liderança de Donald Trump, a quem Bolsonaro se alinhava incondicionalmente.

Além disso, Lula esteve em Brasília, no início de maio, ocasião em que conversou com diplomatas europeus e de países latino-americanos para discutir saídas para a crise e buscar mais vacinas para o Brasil.

Ele também tem feito apelos às lideranças mundiais por uma reunião do G20, grupo que reúne os 20 países com as maiores economias, para discutir a pandemia e uma distribuição igualitária de vacinas contra a Covid-19. Em recente entrevista ao jornal francês Le Monde e à revista Paris Match, o ex-presidente declarou que a vacina não deveria ser um produto de mercado, mas “se tornar um bem comum da humanidade”.

Anteriormente, em entrevista à CNN dos EUA, Lula já havia tocado no assunto. “Desde o início da pandemia, nem o G20 nem o G8 se encontraram para falar sobre o assunto. É urgente. Apelo ao presidente Emmanuel Macron: chame o G20. Ligue para Joe Biden, Xi Jinping, Vladimir Putin e o resto. Estamos em guerra, é a Terceira Guerra Mundial e o inimigo é muito perigoso”, disse. •



ESCÂNDALO: CÂMARA APROVA VENDA DA ELETROBRÁS

PT votou contra a medida provisória criminosa que privatiza a estatal, fere a soberania e aumenta a conta de luz. Projeto segue para avaliação e votação no Senado Federal. Dilma e Lula denunciam que a operação é danosa ao país

A Câmara aprovou na noite de quarta-feira, 19, por 313 votos a 166, a Medida Provisória 1031/21, que viabiliza a privatização da Eletrobrás, a sexta empresa mais lucrativa do Brasil, responsável pela transmissão de mais de 50% da energia brasileira e pela geração de 35% da geração elétrica. O projeto segue para o Senado Federal e o PT e a oposição cerraram fileiras contra a medida, considerada nociva aos interesses nacionais.

Os ex-presidentes Luiz Inácio

Lula da Silva e Dilma Rousseff denunciam que a venda da empresa estatal é um risco ao país. "Privatização da Eletrobrás é crime contra a nação, nossa economia e o povo brasileiro", disse Dilma. "Bolsonaro quer vender a preço de banana, colocando em risco a soberania e a segurança energética do Brasil", denunciou Lula. Segundo Lula e Dilma, a privatização da Eletrobrás vai elevar as tarifas de energia, e aumentar a conta de luz.

"A nossa bancada votou contra porque não seremos coniventes com o aumento de preços

da conta de luz e com a entrega da maior empresa de energia da América Latina", disse o líder do PT na Câmara, deputado Elvino Bhn Gass (RS). Ele denuncia que haverá de cara um aumento de 20% no preço da energia. "Vamos entregar a Eletrobrás para quem? Talvez para investidores de fora do Brasil que vão se organizar para vir extrair da população brasileira os lucros deles, em cima de taxas mais altas para a energia da nossa população", protestou.

"A aprovação da privatização da Eletrobrás pela Câmara de

Deputados, que agora vai ao Senado, coloca o Brasil em uma situação de terrível insegurança energética”, alerta Dilma. “A Eletrobrás sempre foi uma garantia de estabilidade do sistema interligado nacional e, também, de modicidade tarifária”.

O sistema Eletrobrás é hoje responsável por 35% da geração de energia elétrica do país, 96% de fontes limpas e 1/3 do consumo de eletricidade. Controla as grandes hidrelétricas do Sudeste e do Centro-Oeste, que são o coração do sistema de abastecimento de energia segura, barata e renovável. Além, é claro, de várias outras usinas espalhadas pelo Brasil, incluindo Itaipu e Eletronuclear.

Dilma adverte: “A Eletrobras vem garantindo o fornecimento de energia aos lares de cada família brasileira, pelos menores preços e sempre de forma segura. Quem não aprende com seus erros, corre o grande risco de repetir as catástrofes. Ontem, 20 de maio, deputados aprovaram a catástrofe na Câmara”.

Na avaliação do PT, se as empresas privatizadas fossem tão eficientes, não teria havido o apagão no Amapá. “No momento em que uma empresa é privatizada, ela pensa no lucro. Não

pensa nas pessoas. Por isso é que os custos aumentam para o consumidor e as atenções com o desenvolvimento, com a sustentabilidade e a qualidade do serviço caem”, denunciou Bohn Gass, lembrando que quem ocorreu o Amapá no apagão foi a Eletronorte, que é uma empresa pública. “Esse é o melhor exemplo para dizer que o tema da eficiência é possível e é realizado pela empresa estatal, pela Eletrobras, o que a empresa privada não fez.

Pelo texto aprovado, na forma do projeto de conversão do deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), o modelo de privatização prevê a emissão de novas ações a serem vendidas no mercado sem a participação da empresa, resultando na perda do controle acionário de voto mantido atualmente pela União. Na proposta, que ainda precisa ser aprovada pelo Senado, apesar de perder o controle acionário, a União terá uma ação de classe especial (golden share) que lhe garante poder de veto em decisões da assembleia de acionistas a fim de evitar que algum deles ou um grupo de vários detenha mais de 10% do capital votante da Eletrobrás. •

LULA CONDENA PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS

O ex-presidente Lula condenou a decisão da Câmara dos Deputados que aprovou medida provisória para viabilizar a privatização dos Correios. “Se não for barrada, a privatização dos Correios marcará a destruição de uma empresa que está há mais de 350 anos a serviço do povo brasileiro, afirmou Lula em seu perfil de Twitter.

Lula lembrou que os Correios é uma empresa fundamental para a integração do país, presente em todas as 5.570 cidades brasileiras. “Faça chuva ou faça sol, os carteiros vão, de porta em porta, onde o povo está. E agora a garantia desses profissionais está em risco”, disse Lula.

“Em mais de 2 mil municípios onde não existem agências bancárias, os Correios são a única instituição a atender moradores e negócios locais”, destacou Lula. “E quem vende ou compra pela internet sabe que pode contar com uma eficiente rede de logística que abrange todo o território nacional”, emendou. •

Roberto Stuckert Filho

DILMA ALERTA

“A aprovação da privatização da Eletrobrás pela Câmara de Deputados, que agora vai ao Senado, coloca o Brasil em uma situação de terrível insegurança energética. A Eletrobrás sempre foi uma garantia de estabilidade do sistema interligado nacional e, também, de modicidade tarifária”





CHACINA DO JACAREZINHO

UMA HISTÓRIA QUE COMEÇA EM 13 DE MAIO DE 1888

Quando sobem o morro e fazem incursões como a que matou 28 pessoas no Jacarezinho, as forças policiais do Rio de Janeiro se sentem imbuídas e legitimadas por uma missão “saneadora” e “higienizadora”. Isso vem do século 19

Por Wadih Damous *

Quem sabe, a polícia do Rio de Janeiro, ao planejar a invasão da favela do Jacarezinho na quinta-feira, 6, não tenha cogitado de fazê-lo no dia 13 de maio, data em que a Princesa Isabel decretou o fim da escravidão no Brasil. Quem sabe, não tenha recuado para evitar que a

operação policial não fosse considerada como provocação ao povo negro.

Especulações à parte, se as autoridades policiais tivessem escolhido o 13 de maio estariam replicando, em forma de provocação, um sentimento generalizado no meio de certas classes médias e médias altas: olhar as favelas de baixo para cima com terror, desconfiança e repulsa.

Ali é o território da bandidagem e da doença. Dos que ameaçam a segurança “pública” e a propriedade privada. Das “classes perigosas”.

Esse sentimento nasce em desdobramento do 13 de maio. A abolição – na sua dimensão jurídico-formal – desestabilizou a estrutura sócio-econômica do Império toda ela calcada na escravidão. Essa constatação explica o título do presente artigo.

A nascente República instaura-se mediante Golpe de Estado no ano seguinte teve de responder à indagação: o que fazer com os negros libertos? Integrá-los à sociedade e conferir-lhes cidadania jamais foi opção.

Juremir Machado da Silva traz um precioso exemplo de qual foi a opção seguida pelos mandatários da época em face do fim da escravidão, transcrevendo parte de um artigo publicado no Diário do Maranhão, em 14 de maio de 1888:

“Centenas de indivíduos sem ofício, e que terão horror ao trabalho, entregando-se por isso a toda sorte de vícios, precisam ficar sob um rigoroso regime policial para assim poderem ser mais tarde aproveitados, criando-se colônias, para as quais vigore uma lei, como a que foi adotada na França, recolhendo a estabelecimentos especiais os vagabundos, sujeitando-os à aprendizagem de um ofício, ou da agronomia, para que mais tarde o país utilize bons e úteis cidadãos. Assim se praticou nos Estados Unidos depois da emancipação (in: Raízes do Conservadorismo Brasileiro, ed. Civilização Brasileira, 2018)”

O tráfico negreiro trouxe para o Brasil mais de 6 milhões de africanos. Os negros eram a maioria da população brasileira no final do século 19 e início do 20.

Era preciso embranquecer a população. Incentivou-se a vinda de imigrantes europeus para substituir a mão de obra escravizada.

O racismo ganha corpo como visão de Brasil. A escravidão – que

por aqui durou mais de 350 anos – na verdade, é o traço distintivo e explicativo da sociedade brasileira.

O Rio de Janeiro do início do século passado escolheu adotar o processo de embelezamento urbano. Negros libertos, prostitutas, pobres e marginalizados em geral deveriam procurar o seu lugar. Teve início, aí, o processo de gentrificação da cidade antes do advento do termo.

Nesse rol cabiam os soldados da batalha de Canudos; os revoltosos da vacina; os imigrantes po-

AS FAVELAS SÃO VISTAS COMO TERRITÓRIO INIMIGO DE ACORDO COM OS POSTULADOS DA INSANA GUERRA ÀS DROGAS – IMPOSTA A NÓS PELOS EUA

bres; os despejados dos cortiços, como o famoso “Cabeça de Porco”, cujo despejo de mais de 4.000 moradores serviu de inspiração para Aluísio Azevedo escrever o seu principal romance “O Cortiço”.

A geografia do Rio de Janeiro facilitava o processo de invisibilização desse contingente de deserdados. O morro da Favella (assim com dois eles) é apontado como a primeira favela carioca. Favella era o fruto de uma planta, a faveleira, muito comum no Arraial de Canudos. Os soldados, após a matança,

sem receber os seus soldos e sem ter para onde ir, foram autorizados a ocupar o morro da Providência, popularizado com o nome da planície baiana.

Desde então, essa e outras ocupações das encostas cariocas passaram a ser estigmatizadas, como informa Licia Valadares: *“Já em 1900 o Jornal do Brasil denunciava estar o morro ‘infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias’. Esta é também a visão expressa por um delegado da polícia, segundo nos informa Bretas (1997, p. 75): ‘Se bem que não haja famílias no local designado, é ali impossível ser feito o policiamento porquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do exército, não há ruas, os casebres são construídos de madeira e cobertos de zinco, e não existe em todo o morro um só bico de gás’.* (in: Rev. Brasileira de Ciências Sociais, vol.15 no.44 São Paulo Outubro. 2000).

Como se vê, foi um lento, consistente e inexorável processo de formação das consciências inaugurado pelas classes dominantes brasileiras e seus ideólogos e operadores. Portanto, as forças policiais, quando sobem o morro e fazem incursões como a que matou 28 pessoas no Jacarezinho, se sentem imbuídas e legitimadas por uma missão “saneadora” e “higienizadora”.

As favelas são vistas como território inimigo de acordo com os postulados da insana guerra às drogas – imposta a nós pelos Estados Unidos – que pautam a política de segurança pública dos sucessivos governos do Estado do Rio de Janeiro das últimas décadas, com a honrosa exceção de Leonel Brizola.

Sob os governos bolsonaristas de Wilson Witzel e Cláudio Castro, de janeiro a dezembro de 2020, foram mortas 1.239 pessoas por policiais fluminenses – média de 3 por dia. Vou me dispensar, ante a obviedade, de declinar a cor da pele e a condição social da esmagadora

maioria desses mortos.

A chacina do Jacarezinho não fugiu ao padrão das operações policiais no Rio. O que difere é o contexto em que foi realizada: sob a vigência de uma determinação do Supremo Tribunal Federal que as proíbe enquanto durar a pandemia, salvo situações excepcionais.

Não havia qualquer excepcionalidade. A ordem de invasão desrespeitou abertamente a decisão do Supremo, o que, em condições normais, sujeitaria o governador a um processo de impeachment.

No Rio de Janeiro, temos a mistura do cenário nacional marcado pela degeneração dos princípios do Estado Democrático de Direito – que, em linhas gerais, nunca prevaleceram nas favelas – com uma cultura policial baseada em política de extermínio, com os fundamentos históricos que apontei nesse texto. Tal mistura nos autoriza a prever que mais chacinas e operações desse tipo acontecerão.

Para conter o morticínio patrocinado pelo Estado é preciso estabelecer estruturas de controle, instituir e tornar públicos os parâmetros de uso da força e protocolos de ação, como já faz a polícia de Minneapolis, por força de exigências da comunidade após o assassinato de George Floyd, como defende Jacqueline Muniz.

Isso só será possível com verdadeira “revolução cultural” que expurgue da mentalidade da polícia, dos governantes e do sistema de Justiça em geral o racismo e o perigosismo. Que revogue o direito penal do inimigo, que elege como alvo os supostos criminosos por sua condição social e de raça e não os crimes que possam ter cometido.

E a condição indispensável para isso é derrotar Bolsonaro e o bolsonarismo, também incrustado no Palácio Guanabara, nas ruas e nas urnas. •

* Advogado, é ex-presidente da OAB do Rio de Janeiro e ex-deputado federal pelo PT do Rio de Janeiro.

EXPLODE O NÚMERO DE PESSOAS FORA DO MERCADO DE TRABALHO

Trabalhadores desalentados chegaram a quase seis milhões em fevereiro. Com desempregados e subocupados formam um exército de 32,6 milhões de profissionais subutilizados

O número de trabalhadores desalentados chegou a 5,952 milhões em fevereiro. Recorde na série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, que começa em 2012, a cifra é 26,8% maior do que a registrada um ano atrás, no trimestre móvel encerrado em fevereiro de 2020. Significa que 1,259 milhão de pessoas desistiram de procurar novas vagas no período, por acreditarem que não terão vez no mercado.

No trimestre móvel encerrado em fevereiro, o volume de pessoas que estão à margem do mercado de trabalho no Brasil chegou a 32,6 milhões. Nesse total estão incluídos os 14,4 milhões oficialmente desempregados, os 5,9 milhões de desalentados, os 6,9 milhões de pessoas na informalidade e outros 5,4 milhões que compõem a força de trabalho potencial junto com os desalentados.

Esse foi o oitavo mês consecutivo em que o desalento cresceu a uma velocidade superior a 20% no país. “O dado do desalento surpreendeu. Eu esperava que mais gente tivesse voltado ao mercado de trabalho em fevereiro, pois a pandemia ainda não tinha piorado como em março”, disse à BBC o economista Bruno Ottoni, pesquisador do IDados e do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV).

“Esse aumento tem um motivo bem claro, que é a questão

da pandemia. Tem muita gente com medo (de ficar doente), muita gente que sabe que as atividades estão fechando, e por isso acaba não saindo para procurar emprego”, pontua o economista.

“A pandemia expulsou parte das pessoas do mercado de trabalho, e elas não conseguiram voltar”, aponta Hélio Zylberstajn, professor sênior da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA-USP). Também coordenador do Projeto Salariômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), ele defende que o país precisa cumprir duas etapas para recuperar os empregos.

“A primeira coisa é a vacina. E a segunda é voltar a crescer. Para isso, não tem jeito: é preciso atrair investimentos. O governo não consegue investir. A gente precisa de aportes privados para trazer o mercado de trabalho de volta para a vida”, argumenta.

“O mercado de trabalho reflete como lidamos com a pandemia. Enquanto não vacinarmos a força de trabalho, vamos ter dificuldades”, comenta Sérgio Firpo, professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper). Para o economista, o quadro provoca uma “depreciação do capital humano”. “É como se estivéssemos jogando fora recursos humanos neste momento. O capital humano se deprecia porque não é utilizado. Isso tem efeitos perversos”, lamenta. • **Agência PT**



GOLPE DE 2016

DESIGUALDADE. NO BRASIL, OS RICOS ESTÃO MAIS RICOS

Temer e Bolsonaro destruíram medidas apontadas pela FAO como responsáveis por tirar o Brasil do Mapa da Fome. E ainda atentaram contra as políticas de proteção social e dos trabalhadores

Os 13 anos de Lula e Dilma à frente do governo federal resultaram na maior redução de pobreza da história do Brasil. Aumento contínuo do emprego, política de valorização do salário mínimo, garantia do direito à aposentadoria, expansão do acesso a benefícios assistenciais, Bolsa Família e fortalecimento da agricultura familiar foram políticas decisivas para este resultado.

O projeto do PT não se esgo-

tava na distribuição de renda. Havia ainda o objetivo de reduzir as assimetrias de acesso a bens e serviços. Era urgente e necessário assegurar direito à educação, saúde, água, saneamento, energia, moradia, cultura e bens de consumo aos historicamente excluídos. O Brasil era regido pela certeza de que o desenvolvimento com inclusão é bom para todos. E todos ganharam nos nossos governos.

O Golpe de 2016 foi mortal para este projeto de Brasil. A fome

está de volta. A pobreza cresce continuamente. A desigualdade e a exclusão voltaram a ser a norma desde o afastamento de Dilma Rousseff e a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República. O acesso a direitos voltou a ser sonho. A fome está de volta!

Devido às escolhas políticas dos ex-presidentes Lula e Dilma, em 2014 o Brasil pode comemorar uma conquista civilizatória histórica – o país saiu do Mapa da Fome. Naquele ano, as Nações Unidas informaram que, graças a

um amplo conjunto de políticas de enfrentamento à insegurança alimentar e de combate à pobreza, a parcela de brasileiros subalimentados havia decrescido 82%.

Os governos Temer e Bolsonaro destruíram todas as medidas apontadas pela FAO/ONU como responsáveis por tirar o Brasil do Mapa da Fome. Os dados disponíveis para o período mais recente mostram que voltamos a uma situação muito pior que a de antes de 2003.

Em dezembro de 2020, segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, mais da metade dos brasileiros, 116,8 milhões de pessoas, estavam em Insegurança Alimentar. Entre estes, 19,1 milhões em insegurança alimentar grave: a fome.

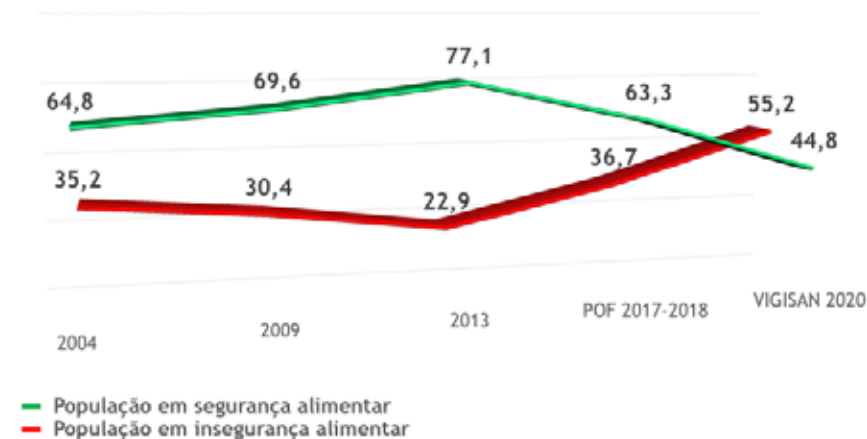
O aumento do flagelo da fome não pode ser atribuído à Covid-19. A volta da insegurança alimentar e da fome já havia ocorrido no governo Temer. Em 2018, a segurança alimentar já havia caído para 63,3%. Ou seja, o Brasil havia voltado à situação do início do governo Lula. Em 2020, o quadro se agravou e menos da metade (44,8%) da população estava em segurança alimentar.

A aniquilação das políticas de proteção social e de proteção ao trabalhador, o desmonte das várias políticas voltadas à agricultura familiar e ao direito a alimentação abriram o caminho para a volta do Brasil ao Mapa da Fome. O golpe de 2016 e das opções definidas por Temer e Bolsonaro. A falta de políticas consistentes para enfrentar a pandemia agravou a situação, mas a destruição a antecede.

O quadro em maio de 2021, certamente é pior que o registrado em dezembro passado. A interrupção do auxílio emergencial deixou cerca de 67 milhões de brasileiros e suas famílias desassistidos por 120 dias e, ao ser

Evolução da situação de segurança alimentar da população brasileira

Em porcentagem



Fonte: IBGE e Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN).

retomado, o auxílio passou a ter valor irrisório, incompatível com a sobrevivência digna de qualquer família - de R\$ 600 o governo passou a desembolsar R\$ 150. Como resultado, na ausência de políticas consistentes de proteção social e de enfrentamento à pobreza, o país voltou a assistir à proliferação de campanhas de doação de alimentos, articuladas pela sociedade civil e governos subnacionais, para diminuir o flagelo da fome.

Abandono das políticas de segurança alimentar

A primeira medida de Bolsonaro ao assumir a Presidência em 2019 foi extinguir o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, o CONSEA. Com isso, após 16 anos, o Brasil deixou de ter um espaço de participação e controle social e de articulação entre a sociedade civil e governo na elaboração de políticas públicas de segurança alimentar.

Bolsonaro desorganizou a coordenação nacional das políticas voltadas para o combate à fome exatamente quando a pobreza e a fome voltavam a crescer. A Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que seria realizada em 2019, não foi sequer convocada. A segunda edição

do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan), contendo a estratégia de governo para garantir o direito constitucional à alimentação, terminou em 2019. Sem conferência e sem vontade política do governo, não foi elaborada nova versão para o período 2020 e 2023.

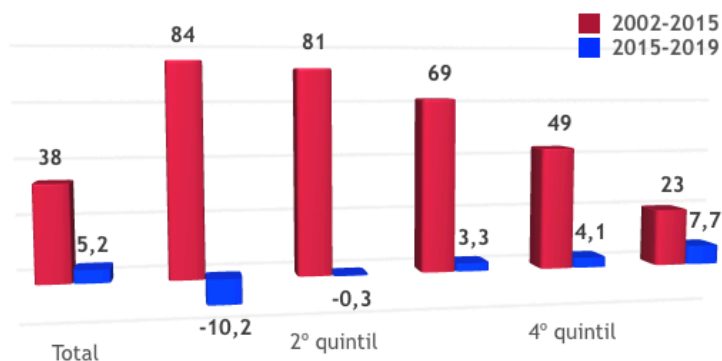
O Brasil volta a conviver com a tragédia da fome sem uma agenda estratégica para enfrentá-la. A rigor, sem um governo que considere ser sua responsabilidade, em diálogo com a sociedade civil, criar políticas para enfrentar este drama.

A pobreza voltou a crescer

A fragilização do sistema de proteção social, o aumento do desemprego, a perda de qualidade dos empregos decorrente de reforma trabalhista e o abandono da política de valorização do salário mínimo, trazidos pelo golpe, tiveram impacto imediato sobre a renda dos brasileiros. E resultaram no aumento da pobreza e da desigualdade.

Nos governos do PT, a renda domiciliar cresceu para todos, mais intensamente para os mais pobres. Até 2015, a renda real per capita dos 20% mais pobres cresceu 84%; para os 20% mais ricos, o aumento foi de 23%. Todos

Variação percentual da renda domiciliar per capita real por quintis



Fonte: IBGE. PNAD - 1992 a 2015; PNAD Contínua - 2015 a 2019 Suplemento Rendimentos Domiciliares.

melhoraram de vida e a histórica desigualdade brasileira começou a diminuir.

O golpe interrompeu esta trajetória virtuosa. Entre 2015 e 2019, a renda domiciliar per capita dos 20% mais pobres diminuiu 10% em valores reais; a dos 20% mais ricos, aumentou quase 8%. Em decorrência, em 2019, mais de 26 milhões de brasileiros eram pobres; os mais ricos voltaram a ter renda 20 vezes maior que os mais pobres.

Esta mudança na evolução da renda domiciliar interrompeu a trajetória de redução da pobreza que havia marcado todo o período 2004-2015. A partir de 2016, tanto em termos de participação na população quanto em números absolutos, a pobreza voltou a crescer, em especial entre o segmento na base da pirâmide de renda. Mais uma vez, os mais pobres entre os pobres foram mais afetados.

A superação da fome e a queda da pobreza durante os governos do PT permitiram ao Brasil cumprir exemplarmente os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. O cenário de exclusão construído a partir do golpe torna totalmente improvável que, na Agenda 2030, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Brasil cumpra os objetivos 1 - de erradicação da pobreza - e 2 - de erradicação da fome. Afinal, por escolha dos governos

pós-golpe, o Brasil está mais pobre e mais desigual.

O desprezo pelo Bolsa Família

O Bolsa Família é reconhecido como o maior e mais bem focalizado programa de transferência condicionada de renda do mundo. Em abril de 2016, às vésperas do golpe, o programa atendia 13,9 milhões de famílias, com gastos de apenas 0,47% do PIB, e permitia manter 36 milhões de brasileiros fora da extrema pobreza.

Desde a interrupção do governo Dilma, o Bolsa Família está sob

**AS FAVELAS SÃO
VISTAS COMO
TERRITÓRIO INIMIGO
DE ACORDO COM OS
POSTULADOS DA
INSANA GUERRA
ÀS DROGAS –
IMPOSTA A NÓS
PELOS EUA**

permanente ameaça, com ataques ao programa e a seus beneficiários. Em especial no governo Bolsonaro, o próprio presidente e seus ministros fazem recorrentes acusações de fraudes e de preguiça aos beneficiários, comentários que incentivam o ódio e o preconceito contra os mais pobres.

No governo Temer, em julho de 2017, o Bolsa Família sofreu uma drástica redução de mais de 1 milhão de beneficiários, revertida por denúncias. Mas o alcance do Bolsa Família permanece, desde então, aquém do necessário. Com o empobrecimento das famílias, os recursos orçamentários restritos e a fragilização da rede de Assistência Social, a cobertura do programa se tornou insuficiente, havendo, em dezembro de 2020, mais de 2,1 milhões de famílias na “fila de espera”.

Os benefícios do Bolsa Família permanecem congelados desde junho de 2016, quando foi concedido um reajuste programado pela Presidenta Dilma. O 13º para os beneficiários, prometido por Bolsonaro na campanha a presidente, só foi pago ao final de 2019, às custas de quase 1 milhão de famílias altamente vulneráveis, que ficaram na fila, enquanto o governo fazia caixa. A promessa foi um abono pago apenas uma vez e esquecida.

Durante a pandemia, a existência do Bolsa família permitiu o pagamento do auxílio Emergencial em menos de um mês às famílias beneficiadas, enquanto as demais foram submetidas a uma espera que chegou a quatro meses. Este potencial do programa, de ajudar a organizar a demanda por políticas e serviços públicos, tem sido negligenciado. Aliás, após o golpe e, em especial, no governo Bolsonaro, o maior e mais bem sucedido programa de transferência do mundo tornou-se apenas um gasto à espera da melhor oportunidade política para ser cortado. •

**GOLPE DE 2016**

DE PARCEIRO ESTRATÉGICO A PÁRIA INTERNACIONAL

A política externa brasileira foi abalada pela queda de Dilma Rousseff. A partir da ascensão de Bolsonaro, o Brasil passou a ser submisso aos interesses estratégicos dos EUA. E foi isso levou ao isolamento da Nação na comunidade internacional

A política externa de Bolsonaro caracteriza-se pela aliança política-ideológica totalmente subalterna à extrema direita norte-americana, recentemente abalada pela eleição de Joe Biden. Com Bolsonaro, o Brasil renunciou a ter uma política externa própria, baseada nos inte-

resses nacionais, e passou a praticar uma política totalmente alinhada à administração Trump, embasada nos interesses geoestratégicos dos Estados Unidos. O Brasil passou a ser, na prática, um satélite neocolonial dos EUA, defendendo posições até mesmo contrárias aos seus interesses nacionais e às suas tradições diplomáticas.



Fotos: Ricardo Struckert

NUNCA NA HISTÓRIA DESTE PAÍS O Brasil experimentou um período de maior expressão e prestígio internacional, representados pelos governos Lula e Dilma. Entre 2003 e 2015, o país viu sua imagem positiva atingir o ponto...

Desse modo, política externa do governo Bolsonaro constituiu-se em ruptura não só com a exitosa política externa “ativa e ativa” dos governos do PT, mas também com todas as boas tradições da política exterior do Brasil e com os princípios constitucionais que regem nossas relações internacionais. Essa política desastrosa e desastrosa teve como principal consequência o isolamento internacional do Brasil, agravado pela derrota de Donald Trump.

Ernesto Araújo, o excêntrico ex-ministro das Relações Exteriores de Bolsonaro, foi certeiro ao descrever a atual situação do Brasil no mundo, construída após o Golpe de 2016. Em seu discurso na cerimônia do Dia do Diplomata, em outubro de 2020, feito com pompa e circunstância, reivindicou a condição de pária para o Brasil, mostrando que se trata de ação deliberada, executada com orgulho por um presidente da República e seu chanceler que já entraram para os anais da história da diplomacia nacional como responsáveis pela mais nefasta política externa já implementada.

Essa condição de exclusão e de isolamento é ainda mais aguçada pelo contraste gritante com o período de maior expressão e prestígio internacional do Brasil, representados pelos governos Lula e Dilma. Entre 2003 e 2015, o país viu sua imagem positiva atingir o

ponto mais alto em toda a história. Mesmo sem reivindicar qualquer status de liderança, o fato é que poucos temas da agenda global comportavam a ausência do Brasil.

Representávamos uma força dinâmica e positiva em busca da construção de uma ordem global mais justa, em que o legítimo direito ao desenvolvimento voltou a figurar como elemento central das organizações internacionais, sem ter que abrir mão da democracia, dos direitos humanos e do meio ambiente.

Esse início de século testemunhou, portanto, a ascensão fulminante e a queda vertiginosa da reputação do Brasil. Saímos da diplomacia “ativa e ativa” perante um mundo perigoso e fragmentado, para a condição jamais vista de subordinação não a um Estado estrangeiro, mas ao seu mandatário. Nem a diplomacia de Castelo Branco, herdeira do Golpe Militar de 1964, e sua política de alinhamento automático, chegou a níveis tão baixos de submissão aos interesses de Washington. Nem Fernando Collor, com seu neoliberalismo ingênuo e desejo deslumbrado de pertencer ao Primeiro Mundo a qualquer custo, cedeu tanto.

Com efeito, uma coisa é aliar-se aos EUA, mantendo, porém, alguns espaços para a defesa de seus interesses próprios, como o Brasil fez, por exemplo, na era FHC. Na época, mesmo priorizando as

relações com o Grande Irmão do Norte, não abandonamos a integração regional e as relações com países emergentes. Outra coisa, entretanto, é a terra arrasada de Bolsonaro. A total submissão do país aos interesses dos EUA, em nome de um feroz anticomunismo totalmente deslocado e extemporâneo, que faria até o senador Joseph McCarthy corar. O que se viu foi a inteira perda de soberania, em nome de uma ideologia totalmente ultrapassada.

Fomos do universalismo assertivo, que buscava no mundo as oportunidades para a superação dos endêmicos passivos sociais do Brasil, ao isolamento reacionário, que vê no meio externo a fonte de conspirações fantasiosas, que por sua vez justificam o negacionismo obscurantista das políticas públicas, sobretudo a política externa.

Conduzida por objetivos completamente alheios aos interesses do Brasil, a triste marca da atual política externa é a de fazer convergir a nossa condição de pária em várias frentes de extrema importância para a imagem do país e nossa relação com o mundo.

Pária ambiental

Ao longo dos últimos 30 anos, o Brasil consolidou liderança nas discussões sobre a governança ambiental. Sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-



Fotos: Roberto Stuckert Filho

MAIS ALTO DA HISTÓRIA Mesmo sem reivindicar qualquer status de liderança, poucos temas da agenda global comportavam a ausência do Brasil. Com Lula e Dilma, o país se sentou de maneira ativa com outros Chefes de Estado

92), na qual foram aprovados os principais acordos que orientam as discussões sobre mudança do clima e biodiversidade, momento em que a diplomacia brasileira assumiu protagonismo respeitado pelos países desenvolvidos e pelos em desenvolvimento.

Com a organização da Rio+20, em 2012, que aprovou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, e a atuação decisiva em prol do Acordo de Paris em 2015, essa condição de ator imprescindível para a superação de obstáculos aos avanços nos foros ambientais internacionais foi coroada.

A bem da verdade, o Brasil se converteu, naquele período, em liderança mundial da agenda ambiental, com seus compromissos voluntários de redução de emissões de gases do efeito-estufa assumidos na COP-15. Também contribui para tanto a notável redução da taxa de desmatamento da Amazônia.

Todo esse legado está dilapidado. No plano doméstico, a deplorável falta de políticas consistentes na proteção e preservação dos nossos recursos naturais se soma ao ativo desmonte dos órgãos de fiscalização e controle, ao rompimento do diálogo com as organizações da sociedade civil e à perseguição às lideranças ambientalistas e indígenas. Com Bolsonaro, o Brasil passou a ter uma política antiambiental.

No âmbito externo, as inflexões também não tardaram. Ao discursar na ONU, Bolsonaro insistiu na tese de que o país é “vítima de uma guerra de desinformação sobre Amazônia e Pantanal” e responsabilizou “índios e caboclos” pelas queimadas. O Brasil passou a hostilizar parceiros tradicionais como a Alemanha e a Noruega, por conta de desentendimentos na gestão do Fundo Amazônia. Por decisão de Bolsonaro, o Brasil desistiu de sediar a COP 25, em 2019. Isso sem contar as manifestações de autoridades brasileiras colocando em dúvida a gravidade da crise ambiental, na contramão da comunidade científica representada pelo Painel Intergovernamental sobre a Mudança do Clima (IPCC).

A continuada atitude hostil e negligente em relação às questões ambientais já inviabilizou o Acordo Comercial do Mercosul com a União Europeia. Anunciado como grande vitória do governo Bolsonaro, ele não entrará em vigor, pois o parlamento da Áustria e o próprio Parlamento Europeu, entre outros, decidiram suspender sua aprovação, alegando, como motivo principal, o comportamento do governo brasileiro em relação ao meio ambiente.

A participação na cúpula recém-organizada pelo presidente Joe Biden, em que o Brasil figurou na condição de vilão do clima, foi constrangedora. As promessas de

que serão adotadas medidas efetivas no combate ao desmatamento na Amazônia foram recebidas com ceticismo, dada a atuação pessoal do ministro do Meio Ambiente em benefício da extração ilegal de madeira. A falta de credibilidade é a marca da atual política externa brasileira.

Pária sanitário

Mais do que um pária, a desastrosa atuação do governo Bolsonaro em relação à pandemia da Covid-19 fez do Brasil uma ameaça sanitária global. Deixamos de ser bem-vindos em outros países. Brasileiros estão impedidos de circular pelo mundo e a maioria das conexões aéreas do país com o exterior foram suspensas.

A ação diplomática não se caracterizou apenas pela omissão. Mais grave do que o imobilismo foi agravar os efeitos da pandemia, ao questionar sistematicamente a capacidade da OMS como coordenadora dos esforços multilaterais. Ao hostilizar ostensivamente a China, país produtor de vacinas e seus insumos básicos, bem como respiradores, máscaras e “kits de intubação”, criamos constrangimentos desnecessários com nosso principal parceiro comercial e fornecedor de produtos hospitalares essenciais. Ao deixar de apoiar a proposta de Índia e África do Sul pela suspensão patentes para a produção de medi-

cimentos essenciais no combate à Covid-19, adotamos a posição de países-sede da indústria farmacêutica, em detrimento dos pacientes de países em desenvolvimento.

Bolsonaro optou por não adquirir tempestivamente vacinas suficientes para efetuar campanha massiva de imunização e preferiu apostar na cooperação com os EUA para receber doação de milhões de doses de hidroxiquina. A ausência de estratégia organizada e centralizada no Itamaraty deixou os entes da federação abandonados à própria sorte. Prefeitos e governadores passaram a atuar de forma isolada e descoordenada junto a fornecedores externos, em contexto de extrema competição por insumos, para manter o suprimento regular de material de saúde junto a estados e municípios.

Foi mais que omissão e incompetência. Contra as recomendações da ciência, o governo Bolsonaro adotou uma política deliberada de disseminação do vírus, com o intuito de se chegar rapidamente à "imunidade rebanho", o que acabou por produzir variantes do vírus que ameaçam todo o planeta.

Nada nessa postura faz jus à política externa solidária dos governos do PT, que fez da cooperação em saúde com países africanos e latino-americanos vertente central das relações Sul-Sul.

Pária regional

O estímulo a processos próprios de integração política, comercial e de infraestrutura com os países vizinhos foi uma marca da diplomacia brasileira. Mercosul, Unasul e Celac são produtos desse esforço conjunto, do qual o Brasil foi protagonista, e compunham visão estratégica que buscava promover a inserção da América do Sul como ator coletivo no mundo multipolar, como

atestam as reuniões de cúpula Aspa (América do Sul - Países Árabes) e Asa (América do Sul - África).

Hoje predomina visão diametralmente oposta. Estamos na origem do desmonte da Unasul e da paralisia da Celac. No Mercosul, atuamos como catalisadores das forças que pretendem desfazer a união aduaneira. Ao hostilizar o governo Alberto Fernández, na Argentina, e apoiar o golpe contra Evo Morales, o governo Bolsonaro reacendeu rivalidades há muito superadas.

O SÉCULO 21 TESTEMUNHOU, A ASCENSÃO FULMINANTE E A QUEDA VERTIGINOSA DA REPUTAÇÃO DO BRASIL AOS OLHOS DO MUNDO

Ao apostar no isolamento da Venezuela, por meio do Grupo de Lima, o Brasil cometeu erro estratégico de transformar a América do Sul em palco da disputa geopolítica entre EUA, Rússia e China. Romper relações diplomáticas com Caracas priva o Brasil de informações essenciais sobre o país vizinho e deixa milhares de brasileiros sem assistência consular. Reconhecer Juan Guaidó como presidente interino sepultou a capacidade de o Brasil atuar como

mediador de um conflito, cuja saída só pode ser política.

O voto na ONU a favor do bloqueio unilateral dos EUA imposto a Cuba completa esse quadro desolador em que o Brasil passou a ser a guarda pretoriana dos interesses hemisférios da Casa Branca.

Seja pela sua diplomacia anacrônica e sem visão estratégica, seja pelos erros da condução na pandemia, o fato é que o Brasil é hoje fator de instabilidade regional.

Pária nas relações multilaterais

A política externa brasileira sempre foi reconhecida por sua tradição universalista e não intervencionista. O governo Bolsonaro rompeu com esta tradição e adotou clara submissão à política belicosa adotada por Trump na tentativa de retomar a hegemonia americana, em oposição à progressiva constituição de uma ordem mundial mais equilibrada e multipolar.

Os exemplos de submissão ao irmão do Norte são inúmeros e desastrosos. A entrega da Base de Alcântara, a inserção das Forças Armadas do Brasil no Comando Sul dos EUA, a abertura de escritório comercial em Jerusalém dão mostra do alinhamento acrílico aos Estados Unidos, secundarizando os interesses do Brasil.

Essa submissão tem sido desastrosa em nossas relações multilaterais. Comprometemos nossa participação nos BRICS e tensionamos a parceria estratégica com a China, hoje nosso principal parceiro comercial. Mudamos nossa postura na Organização Mundial do Comércio (OMC), renunciando ao tratamento especial e diferenciado a que tínhamos direito, e rompendo com o compromisso histórico de defesa das posições dos países em desenvolvimento, em especial de nossos parceiros do BRICS.

O governo Bolsonaro compeçou uma briga que não é do

Brasil, abriu mão de interesses nacionais, se isolou no cenário internacional. Submissos a Trump, ficamos sozinhos após sua derrota, sem nossas históricas e promissoras parcerias multilaterais.

Pária dos direitos humanos

Um dos capítulos mais tristes da política externa brasileira atual é a postura adotada nos foros multilaterais de direitos humanos. O Brasil rompeu com uma tradição solidamente construída ao longo de todo o período pós-redemocratização. Nos governos do PT, nunca deixamos de advogar pela indivisibilidade e universalidade dos direitos humanos, tampouco apostamos na retórica fácil da denúncia seletiva, que trata com dois pesos e duas medidas os aliados e os adversários. Fizemos do combate ao autoritarismo, à xenofobia, à miséria, à discriminação racial, à homofobia um objetivo permanente, onde quer que ocorressem.

Como um país em desenvolvimento que convive com o desafio cotidiano de promover e proteger os direitos humanos de seus nacionais, o Brasil aprendeu por experiência própria que a cooperação e o diálogo são mais eficazes para a proteção das vítimas de violações do que a fácil condenação pública, em geral baseada em suposta autoridade moral autoconferida. É central nesse esforço o investimento na construção de capacidades nos países que requerem tal assistência, na forma de treinamento e fortalecimento das instituições domésticas, e na promoção da troca de aprendizados e boas práticas. Essa atitude equilibrada e construtiva é parte do acervo formado até então pela diplomacia brasileira.

Essas robustas credenciais vêm sendo sistematicamente destruídas. O governo brasileiro atual compartilha e difunde a crença de que existe conspiração

mundial de gênero contra a família tradicional. Internamente, essa mesma percepção motiva a ação de iniciativas como a escola sem partido. Na área de política externa, ela se traduz nas teses contra a "ditadura do politicamente correto", do "ambientalismo" e "do globalismo de raiz marxista", camuflados em discursos de liberdade e igualdade que seriam impostas por organizações internacionais.

Sensível as pressões de Trump e das bancadas evangélicas, o Brasil se aliou a países em que a religião tem um papel predominante na política e que atuam nos foros internacionais em oposição a medidas percebidas como favoráveis à legalização do aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, novas técnicas reprodutivas, entre outras. É essa visão de mundo que leva o presidente Bolsonaro a denunciar, em seu discurso na ONU, uma alegada cristofobia crescente no mundo e ressaltar que "o Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base."

O governo Bolsonaro votou junto com regimes autoritários de países como a Arábia Saudita e Paquistão, sobre direitos sexuais de mulheres no órgão de Direitos Humanos mais importante das Organização das Nações Unidas (ONU). Acompanhou ainda a ditadura militar do Egito e o Iraque em texto sobre "direito à saúde sexual e reprodutiva", além de ter subscrito proposta do Paquistão de eliminar a educação sexual de resolução da ONU.

No documento da candidatura brasileira à reeleição no Conselho de Segurança de Direitos Humanos da ONU, o governo Bolsonaro reviu acordos históricos de mais de 25 anos. O país retirou menções à desigualdade, LGBTs, tortura e gênero, ao passo que citou nove vezes a "promoção da família". Essa mudança brusca e radical das posições do Brasil

provocou surpresa e rejeição em todos os países mais progressistas e democráticos, que antes viam o Brasil como um aliado na luta pelos direitos das mulheres e de demais minorias.

Itamaraty como pária institucional

O ministério das Relações Exteriores não ficou imune à ofensiva do bolsonarismo contra as instituições do Estado brasileiro. O salutar intercâmbio de ideias que caracterizou o serviço exterior nas últimas décadas foi drasticamente reduzido. Atualmente, nossa diplomacia trilha caminhos sombrios, pautada pela intolerância e pela aversão ao contraditório no seio da instituição.

O insulamento a que vem sendo submetido o Itamaraty tem contribuído de forma decisiva para o descolamento do seu corpo funcional dos grandes temas que marcam o cotidiano do país. O ministério é, hoje, ator solitário, impermeável ao intercâmbio com as organizações da sociedade civil, com os partidos políticos, com a academia, com os entes federativos e com o Poder Legislativo. Dois de seus braços mais tradicionais de interação com o espaço público estão seriamente comprometidos: é lamentável observar a paralisia instalada no Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais e triste constatar que a Fundação Alexandre de Gusmão tenha assumido o papel de caixa de ressonância de um dogmatismo alarmante.

O Itamaraty de hoje não formula, não informa, não representa, não dialoga e não coordena. O Itamaraty de hoje, por imposição do presidente da república, persegue, desinforma, tolhe, inibe e confunde. A consequência prática dessa destruição institucional é que o fosso entre as necessidades do país e sua diplomacia externa nunca foi tão grande. •

CHILE: PROGRESSISTAS E INDEPENDENTES SÃO MAIORIA NA CONSTITUINTE

Direita neoliberal é a grande derrotada nas eleições, que enterram de vez a Carta herdada da ditadura de Pinochet, que ascendeu ao poder em 1973. Conservadores não vão conseguir impor vetos na votação do novo acordo político e social do país

Com 99% das urnas apuradas, as eleições chilenas, realizadas no último final de semana, apontam que os partidos progressistas e os candidatos independentes serão maioria na Assembleia Constituinte. A direita, os governistas e o presidente Sebastián Piñera foram os grandes derrotados do pleito.

Os candidatos independentes conseguiram 47 cadeiras, a lista Apruebo Dignidad de esquerda, 28; e a centro-esquerda, reunida na Lista del Apruebo, 25 assentos. Já a direita governista, agrupada na lista Vamos por Chile, conseguiu 37 vagas na Assembleia Constituinte do Chile.

Duas listas chamam a atenção entre os candidatos independentes: Lista Nueva Constitución, com 11 cadeiras, e a Lista del Pueblo, com 22. Ambas nasceram de coletivos e movimentos ligados aos protestos de 2019 e têm tendências anti-neoliberais e progressistas.

Se de um lado os conservadores não conseguiram atingir o mínimo de 1/3 das cadeiras,



número necessário para ter direito a veto na Assembleia Constituinte, que será composta por 155 parlamentares. Do outro, o desafio da esquerda e dos progressistas é evitar o risco da fragmentação, já que a aprovação de qualquer emenda depende de 2/3 dos votos.

O próprio presidente do Chile reconheceu o recado das urnas e o fracasso da política neoliberal de seu governo. “Nestas eleições, os cidadãos enviaram uma mensagem clara e forte ao governo e também a todas as forças políticas tradicionais: não estamos sintonizando adequadamente com as demandas e os desejos dos cidadãos e estamos sendo desafiados por novas expressões e por novas lideranças”, declarou Piñera, durante a reta final da contagem dos votos.

Essa é a primeira eleição chilena que adotou a cláusula de paridade de gênero e a inclusão de 17 cadeiras reservadas para representantes dos povos indígenas. Até o fechamento desta matéria, são 83 mulheres e 73 homens na composição da assembleia.

Doutor em Ciência Política, Franck Gaudichaud publicou artigo em que classifica o resultado das eleições chilenas como um terremoto político. Para ele, o resultado das urnas enterra o neoliberalismo no Chile com a falência da direita e dos partidos da ordem, que dominaram o cenário político de 1990 a 2010, e o avanço da esquerda radical e dos independentes que devem moldar a nova Constituição.

“Ninguém, muito menos os pesquisadores, havia previsto tamanha agitação, embora o isolamento do governo fosse evidente e a rejeição da “casta” política maciça durante anos”, diz Gaudichaud. “Assim, se a direita perder o direito de veto que almejava ter, as alianças en-

tre representantes da esquerda social e política poderiam conquistar dois terços da assembleia e finalmente começar a desconstruir o neoliberalismo chileno”, avalia.

A partir do resultado das eleições, constituintes terão até um ano, a partir de junho, para redigir a nova Carta Magna que ainda terá que ser submetida à consulta popular para aprovação.

Essas eleições também marcam a primeira vez que os chilenos puderam eleger governa-

O PRÓPRIO PRESIDENTE DO CHILE RECONHECEU O RECALDO DAS URNAS E O FRACASSO DA POLÍTICA NEOLIBERAL DE SEU GOVERNO

dores regionais. Até então, as províncias eram governadas por intendentes designados pela Presidência. Para ser eleito, um governador regional precisa atingir 40% dos votos no primeiro turno ou o pleito avança para a segunda ronda.

Das 15 regiões, apenas três elegeram governadores no primeiro turno. O candidato independente Rodrigo Mundaca venceu em Valparaíso, o também independente Jorge Flies se elegeu em Magallanes e o so-

cialista Andrea Macías ganhou em Aysén.

Nas eleições municipais, se destacam as eleições de Iraci Hassler e Daniel Jadue, ambos do Partido Comunista do Chile. Hassler irá suceder o conservador Felipe Alessandri, em Santiago. Já Jadue foi reeleito em Recoleta recebendo mais votos do que havia somado nos últimos dois pleitos que havia vencido, desde 2012.

A eleições chilenas são resultado de fortes mobilizações populares, que estouraram em outubro de 2019. O estopim foi um movimento de estudantes do ensino médio que se manifestaram contra aumentos de preços do metrô de Santiago, reprimido com força desproporcional pela polícia chilena, os carabineros.

Na ocasião, milhares de chilenos tomaram as ruas do país contra a política neoliberal de Piñera e contra a Constituição do país, que data da ditadura Pinochet. Em novembro daquele ano, foi anunciado um acordo para convocar um plebiscito para decidir sobre a mudança da Constituição do Chile. Apesar da iniciativa, os protestos continuaram até março de 2020, quando foram interrompidos em razão da pandemia de Covid-19.

O plebiscito foi realizado em outubro do ano passado, quando 80% dos chilenos votaram pela mudança do texto constitucional. Os 20% que votaram pela manutenção da antiga constituição do Chile se concentraram prioritariamente nas três comunas mais ricas do país.

Quase 50 anos depois do golpe contra Salvador Allende, deflagrado em 11 de setembro de 1973, o povo chileno derrotou de vez o ditador Augusto Pinochet com uma nova constituição, que tem a expectativa de trazer maior justiça social para o país. •

A CONSTITUINTE E O NOVO CICLO HISTÓRICO

O Chile contou com várias constituições ao longo de sua história. Em quase 100 anos, nenhuma foi escrita por uma assembleia democraticamente eleita. Agora, pela primeira vez, haverá uma Constituinte paritária. É um acontecimento histórico

Por Alvaro Díaz *

Em 14 e 15 de maio foram realizadas eleições históricas para o Chile. Foram eleitos vereadores e prefeitos, como acontece a cada quatro anos. Também foram escolhidos pela primeira vez na história 16 governadores. E, ao mesmo tempo, eleitos 155 membros da Assembleia Constituinte, um acontecimento histórico único desde a fundação da República do Chile.

O Chile contou com várias constituições ao longo de sua história. Em quase 100 anos, nenhuma foi escrita por uma assembleia democraticamente eleita. Agora, pela primeira vez uma Assembleia paritária, composta por 155 membros, destes, 17 representantes dos povos originários. Foi uma eleição democrática, com 14,9 milhões de pessoas votando voluntariamente. Foram escolhidos 81 mulheres e 74 homens. É a primeira Assembleia Constituinte com paridade de gênero na história mundial.

É um acontecimento histórico, resultado direto da eclosão social de outubro de 2019, que acabou exigindo a Assembleia Constituinte. A pressão política e social foi tamanha que a direita foi forçada a aceitar a reforma constitucional, sempre negada em 30 anos de democracia, vis-

to que tinha votos suficientes no Congresso para bloqueá-la. No entanto, foi imposta uma condição que a oposição considerou muito difícil de superar: a direita exigiu que a nova Constituição fosse aprovada por 2/3 da Constituinte, o que teve de ser aceito pela oposição, não sem críticas de setores da esquerda.

Os resultados das eleições são surpreendentes. Em primeiro lugar, a direita conseguiu eleger apenas 37 constituintes (24% do total), sem atingir um terço necessário para bloquear uma constituição democrática, com direitos sociais garantidos e capaz de dar um basta ao Estado subsidiário.

Em segundo lugar, a esquerda conquistou, com folga, os 2/3 da Assembleia. Isso resulta da somatória de representantes de todos os partidos de esquerda - o Partido Socialista, inclusive -, os constituintes indígenas de esquerda e os independentes.

Entre esses três setores, há convergência sobre necessidade de dar um fim ao Estado neoliberal, de se conformar um Estado democrático e social que garanta os direitos sociais, que proteja a natureza e que declare o Chile como um Estado plurinacional e multicultural. Mas, claro, haverá outros debates igualmente relevantes, como o caráter do regime político - presidencialista, semi-presidencialista ou parlamenta-

rista - ou o grau de descentralização do Estado, cujas posições ainda estão amadurecidas.

Conseqüentemente, o país deu uma guinada à esquerda. Tanto é assim que se consolidou um eixo de esquerda - Partido Comunista mais a Frente Ampla -, obtendo 28 cadeiras, 18% do total. Este bloco superou a tradicional aliança de centro-esquerda - ex-Concertación Democrática - que, agrupando a Democracia Cristã (DC), o Partido para a Democracia (PD) e o PS, obteve 16% das cadeiras. O notável é que a DC obteve apenas 2 deputados e o PPD, 3; o que contrasta com o PS que elegeu 15 constituintes, tornando-se o partido de esquerda mais importante.

Em suma, a eleição para a Assembleia Constituinte é um acontecimento histórico tão relevante quanto a eleição de Salvador Allende em 1970. Foi um verdadeiro tsunami que varreu os partidos políticos tradicionais. No entanto, ao contrário de outras mobilizações ocorridas na região ou no mundo, outubro de 2019 abriu um caminho para dar fim à herança da ditadura e construir um marco capaz de superar o capitalismo neoliberal, o autoritarismo e a exclusão dos povos originários. Se o Chile foi um dos países onde a revolução neoliberal se completou, acabará sendo o país que enterrará o capitalismo selvagem. •

Economista, foi embaixador do Chile no Brasil entre 2006 e 2010.

25 de maio de 1982

REPRESSÃO COMEÇA A QUEIMAR ARQUIVOS

O governador do Rio Grande do Sul, Amaral de Souza (PDS), extingue o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) do Estado e manda queimar todos os documentos. Até março de 1983, quando vários Estados passariam a ser administrados pela oposição, outros governadores do PDS iriam encerrar os Dops locais, destruiriam arquivos ou mandariam transferi-los para o Serviço Nacional de Informações (SNI). A operação de ocultamento dos crimes da repressão na ditadura entrava numa nova fase.

23 de maio de 2003

CRIADAS SECRETARIAS PARA MULHER E NEGRO

O Congresso Nacional sanciona a Lei 10.678/2003, aprovando a medida provisória (MP) nº 111, que cria a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Cinco dias depois, o presidente Lula sanciona a Lei 10.683/2003, criando a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e elevando a Secretaria de Direitos Humanos, anteriormente vinculada ao Ministério da Justiça, ao estatuto de ministério. Em maio de 2003 também foram criados o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e o Conselho Nacional de Economia Solidária, e recriado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O conjunto desses atos demonstrou o foco na equidade, no respeito à diversidade e na promoção dos direitos.



26 de maio de 1965

ARRAES PARTE PARA O EXÍLIO NA ARGÉLIA

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, eleito pelo PST (Partido Social Trabalhista), era um dos políticos mais visados pela direita por sua ligação com os sindicatos de trabalhadores rurais e pelas políticas sociais que adotara em seu Estado. Foi preso em pleno exercício do mandato, em 1º de abril de 1964. Levado ao 4º Regimento de Infantaria do Recife, foi transferido depois para a ilha de Fernando de Noronha, onde permaneceu por 11 meses. Mais tarde, terminou encarcerado na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Em abril de 1965, obteve um habeas corpus no STF e foi libertado em 25 de maio. E seguiu imediatamente para a Argélia, então governada pelo líder nacionalista Ahmed Ben Bella. Arraes ficaria 14 anos no exílio.

23 de maio de 2008

UNASUL FORTALECE ALIANÇA REGIONAL

Chefes de Estado das 12 nações da América do Sul assinam o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), que abrange duas áreas de mercado comum: o Mercosul e a Comunidade de Países Andinos (CAN). A Unasul surgiu como organismo de integração regional, com o objetivo de estabelecer um novo polo de referência internacional no cenário da nova ordem global.

Maio de 2009

ENERGIA ELÉTRICA CHEGA A TODO O PAÍS

O programa Luz para Todos, criado em novembro de 2003, durante o governo do presidente Lula, atinge a marca de 10 milhões de beneficiados – número equivalente a 80% dos sem-luz no Brasil. São pessoas que, em pleno século 21, ainda viviam sem energia elétrica em casa ou em sua comunidade. O Luz para Todos é um programa federal de fornecimento de energia elétrica para populações isoladas.



25 de maio de 1980

PDT COMPLETA NOVO QUADRO PARTIDÁRIO

A criação do PDT, reunindo Leonel Brizola e parte dos novos sindicalistas, completa o projeto de reforma partidária concebido pelo general Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil do presidente João Baptista Figueiredo, o último general da ditadura militar. É um dos movimentos finais do projeto de "distensão gradual e segura", rebatizado de "abertura política". Com a reforma, a ditadura esperava dividir a oposição para manter o controle do Congresso e da sucessão presidencial indireta em 1985. O último passo seria restabelecer eleições diretas para governador em 1982 com uma legislação eleitoral favorável ao partido oficial, o PDS. O governo manobrou na última hora e tomou a legenda histórica de Brizola, o PTB, entregando-o a Ivete Vargas.

25 de maio de 2003

O NOVO PRESIDENTE: NESTOR KIRCHNER

O justicialista Nestor Kirchner toma posse na Presidência da Argentina, após uma eleição conturbada pela qual chegou ao poder graças à desistência do líder do 1º turno, o ex-presidente Carlos Menem, antes do pleito decisivo. A eleição de Kirchner é parte de uma série de vitórias de candidatos de esquerda na América Latina já a partir do fim do século 20. Kirchner se candidatara à Presidência da República pelo Partido Justicialista, o mesmo do então presidente Eduardo Duhalde. Em 27 de abril de 2003, obtivera 22% dos votos, ficando pouco atrás do ex-presidente Carlos Menem, com 24,3% dos votos válidos, candidatando-se, ambos, a disputar o 2º turno, em 18 de maio. Quatro dias antes da votação, porém, Menem renunciara à candidatura, deixando Nestor Kirchner sozinho na disputa e automaticamente eleito.

24 de maio de 2007

HANSENIANOS TÊM REPARAÇÃO HISTÓRICA

Lula sanciona a Medida Provisória 373/2007, concedendo pensão vitalícia às pessoas com hanseníase que tenham sido submetidas, pelo governo, a internação e isolamento compulsórios em hospitais-colônia. O Brasil é o segundo país do mundo a adotar medida dessa natureza, depois do Japão. O contágio da hanseníase (ou lepra, como se chamava antigamente) se dá somente após contato próximo e prolongado. No entanto, desde a década de 1920 até meados dos anos 1980, as pessoas com diagnóstico da doença eram isoladas do convívio com a sociedade, obrigadas a se internar em hospitais-colônia.

24 de maio de 2010

MORTALIDADE INFANTIL JÁ É 61,7% MENOR

Cai a mortalidade infantil no Brasil. Estudo da revista médica internacional "The Lancet" indica que, de 1990 a 2010, a taxa de mortalidade infantil no Brasil caiu 61,7%, passando de 52,04 mortes por mil nascimentos para 19,88/mil. O país avança, assim, à 90ª colocação no ranking mundial de combate à mortalidade infantil, subindo 9 posições. O censo brasileiro de 2010 revelaria que a taxa de mortes de bebês de até um ano de idade cairia ainda mais, para 15,6/mil – índice 47,5% menor do que registrado em 2000 (29,7/mil).

PELO FIM DA ESCALADA DE MORTES E DESTRUIÇÃO NA PALESTINA

As agressões vêm se acirrando desde que colonos de extrema-direita praticaram invasões, saques, violência e apropriações ilegais de propriedades nos bairros árabes em Jerusalém. Israel promove uma política de limpeza étnica e apartheid

Nós, parlamentares brasileiros das duas Casas do Congresso Nacional, integrantes da Frente Parlamentar Mista pelos Direitos do Povo Palestino e demais signatários desta Nota, vimos a público manifestar nossa preocupação, repulsa e condenação dos atos de guerra do Estado de Israel contra populações civis de palestinos em Gaza, na Cisjordânia e nos territórios atribuídos a Israel.

As agressões vêm se acirrando desde que colonos de extrema-direita praticaram invasões, saques, violência e apropriações ilegais de propriedades no bairro árabe de Sheikh Jarrah, além das violações inaceitáveis em todos os aspectos a Mesquita de Al-Aqsa e a Igreja do Santo Sepulcro, na cidade ocupada de Jerusalém.

Desde a noite de 10 de maio que aviões de guerra de Israel praticaram ataques criminosos lançando bombas em áreas residenciais, deixando um elevado saldo de civis mortos e feridos, entre eles muitas mulheres e crianças, além da destruição de casas, prédios de apartamentos e escritórios de órgãos de imprensa como Al-Jazeera e Associated Press, além de escolas e pontos comerciais.

Israel vem promovendo uma continuada política de limpeza étnica e apartheid contra palesti-

nos, numa clara violação do Direito Internacional. Este tipo de postura fez com que o Tribunal Penal Internacional (TPI - Haia) desse início a um inquérito para averiguar crimes de guerra cometidos pelas forças militares de Israel em Gaza desde junho de 2014, o que pode levar os dirigentes sionistas ao banco dos réus.

O Brasil já reconheceu o Estado Palestino com as fronteiras de 1967 em 2010, e todos os chefes de Estado que abriram a Sessão da Assembleia Geral da ONU se posicionaram pelo fim dos conflitos na Palestina, tendo como base o respeito ao Direito Internacional, os Direitos Humanos e a busca da paz entre os povos da região.

- Condenamos a tentativa israelense de expulsar palestinos de Jerusalém, os ataques a pessoas e casas palestinas nos territórios atribuídos a Israel, e os bombardeios à Faixa de Gaza ocupada, os quais já deixam um número elevado de civis mortos, incluindo muitas crianças e mulheres;

- Denunciamos que esta escalada de violência integra um regime de apartheid, ocupação e colonização, contra o qual sanções são urgentes e necessárias para alcançar uma paz justa e cumprir com a própria responsabilidade dos Estados terceiros frente as violações dos direitos humanos e

do Direito Internacional perpetradas por Israel.

- Repudiamos os laços econômicos, militares e políticos do governo brasileiro com estas violações, assumindo o compromisso de atuar para que esta complicidade não se aprofunde ainda mais, através de acordos como os enviados pelas Mensagens 371 e 556 de 2019.

Senadores Jean Paul Prates (PT-RN), Nelson Trad Filho (PSD-MT), Paulo Paim (PT-RS), Randolfe Rodrigues (REDE-AP); deputados Afonso Florence (PT-BA), Alencar Santana (PT-SP), Alexandre Padilha (PT-SP), Alice Portugal (PCdoB-BA), Aliel Machado (PSB-PR), André Figueiredo (PDT-CE), Arlindo Chinaglia (PT-SP), Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), Áurea Carolina (PSOL-MG), Bira do Pindaré (PSB-MA), Camilo Capiberibe (PSB-AP), Daniel Almeida (PCdoB-BA), Danilo Cabral (PSB-PE), David Miranda (PSOL-RJ), Enio Verri (PT-PR), Érika Kokai (PT-DF), Fernanda Melchiona (PSOL-RS), Gláuber Braga (PSOL-RJ), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Helder Salomão (PT-ES), Henrique Fontana (PT-RS), Ivan Valente (PSOL-SP), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), João Daniel (PT-SE), Jorge Solla (PT-BA), José Aírton Feliz Cirilo (PT-CE), José Ricardo (PT-AM), Joseildo Ramos (PT-BA), Luiza Erundina (PSOL-SP), Marcon (PT-RS), Marcelo Freixo (PSOL-RJ), Maria do Rosário (PT-RS), Mauro Nazif (PSB-RO), Natália Bonavides (PT-RN), Nilto Tatto (PT-SP), Orlando Silva (PCdoB-SP), Padre João (PT-MG), Paulão (PT-AL), Paulo Guedes (PT-MG), Paulo Pimenta (PT-RS), Paulo Teixeira (PT-SP), Pedro Uczai (PT-SC), Perpétua Almeida (PCdoB-AC), Professora Marcivânia (PCdoB-AC), Professora Rosa Neide (PT-MT), Renildo Calheiros (PCdoB-PE), Ricardo Izar (PP-SP), Rogério Correia (PT-MG), Rui Falcão (PT-SP), Sâmia Bonfim (PSOL-SP), Talíria Petrone (PSOL-RJ), Tulio Gadelha (PDT-PE), Wilson da Fetaemg (PSB-MG) e Vivi Reis (PSOL-PA)



Plano de reconstrução e transformação do Brasil

OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Documento histórico, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil tem como objetivo fortalecer a democracia e recolocar o Estado a serviço do país e do povo. O PT e a Fundação Perseu Abramo propõem a adoção de medidas econômicas de emergência e de longo prazo, com a recuperação de direitos dos trabalhadores e a retomada da soberania nacional.

O texto está disponível no site da Fundação Perseu Abramo: <http://fpabramo.org.br>.

CULTURA E POLÍTICA NO BRASIL ATUAL

Antonio Albino Canelas Rubim e Márcio Tavares (organizadores)
Carlos Paiva • Céli Regina Jardim Pinto • Christiane Ramírez •
Eliane Costa • Gaudêncio Fidelis • Jackson Raymundo • João Guerreiro
• João Roberto Peixe • Leandro Colling • Lia Calabre • Marcia Sant'anna
• Marcia Tiburi • Márcio Meira • Miguel Jost • Sérgio Mamberti •
Tony Teófilo • Valter Pomar • Venício A. de Lima

Download do livro no site fpabramo.org.br



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores